

# EXTRA

25  
Anos

## CLASSE-ORG-BR

ANO 26 | Nº 254 | JUNHO DE 2021

### ENTREVISTA

O historiador judeu Michel Gherman fala do nazifascismo dos bolsonaristas e da Israel imaginária dos evangélicos

### CULTURA

Artistas LGBT+ abrem espaço no cenário cultural, lutam por reconhecimento e combatem o ódio com arte

# A China em dez tópicos

Foto: Jamaina Câmara da Silveira



Jornalistas que residiram recentemente na China apresentam um panorama sobre a segunda maior economia do mundo e um dos principais parceiros comerciais do Brasil, desfazendo mitos e expondo as contradições de um regime que tenta conciliar socialismo e mercado

## 04 ENTREVISTA

Para Michel Gherman, o discurso bolsonarista é nazista

## 08 EDUCAÇÃO

Em franca expansão, o EaD força instituições tradicionais a encararem dilemas

## 11 WEISSHEIMER

Entidades acusam Bolsonaro de promover extermínio em comunidades indígenas

## 12 IDEIAS

Nova constituinte chilena coloca neoliberalismo em xeque

## 14 ESPECIAL

A China vista sob dez ângulos diferentes para melhor entendê-la

## 18 ENSINO PRIVADO

Desfecho nas negociações salariais dos professores da educação básica e superior

## 22 ROLIM

Movimentos de inspiração totalitária são vocacionados à morte

## 23 ARTE +

Artistas LGBT+ abrem cada vez mais espaço nas diferentes frentes culturais

## 27 VERISSIMO

O cronista revisita o mito de Adão e Eva para falar da relação entre pais e filhos

# EDITORIAL

## Em junho, no *Extra Classe*

Lembramos aos leitores que este ano de 2021, atípico por conta da pandemia, assim como foi 2020, levou nossa entidade mantenedora, o Sinpro/RS, a medidas de contenção e otimização de recursos. Entre elas, restringiu a impressão do *Jornal Extra Classe* a cinco das dez edições anuais. Neste mês, o *Extra Classe*, como ocorreu em março deste ano, chega às casas de todos os associados de forma física. Em abril e maio, o jornal foi publicado apenas nas versões PDF, Flip e on-line.

**ENTREVISTA** – Em nossa entrevista do mês, o historiador Michel Gherman, cidadão israelense e brasileiro, professor do Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), se considerava até pouco tempo atrás como “um intelectual da torre de marfim”. Isso mudou, segundo ele, com a chegada ao poder da extrema-direita no Brasil. “Chegou a hora de posicionamentos mais firmes e contundentes”, declara. Ele se mostra muitíssimo incomodado com o apoio de parte da comunidade judaica ao bolsonarismo e com a visão distorcida que grupos neopentecostais fazem de uma Israel imaginária e que só existe em uma narrativa fantasiosa. Gherman não se intimida e expõe também a complexidade que envolve o conflito na Faixa de Gaza.

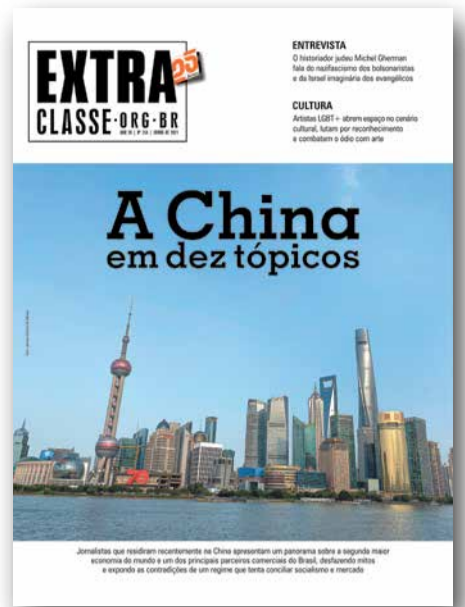
**EDUCAÇÃO** – Em uma década, o Ensino a Distância (EaD) cresceu mais de 300% contra apenas 17% da educação presencial. Isso sem contar o avanço sem precedentes das modalidades a distância e híbrida durante a pandemia. As instituições de ensino superior foram colocadas diante de dilemas. Seria o EaD um simples modelo de negócio, uma mera venda de logins para estudantes que nem sempre concluem os cursos? Ou representa uma oportunidade para as universidades tradicionais se reinventarem e oportunizarem o acesso ao ensino superior àqueles que não tiveram chances de ingressar em uma faculdade em outras épocas? Essas e outras questões são abordadas por nossa reportagem, que ouviu especialistas dentro e fora de instituições para, mais uma vez – trata-se de um tema que o *Extra Classe* acompanha com interesse há mais de duas décadas –, traçar um panorama da realidade do EaD privado no Rio Grande do Sul.

**MUNDO** – Seja por conta da parceria comercial com o Brasil, seja por conta do fornecimento de insumos para a vacinação anti-covid ou polêmicas ideológicas, a China tem dominado as manchetes e influenciado, como nunca, a economia mundial. Com 5 mil anos de história, o gigante asiático ainda precisa ser descortinado aos olhos dos brasileiros. Explicar em poucas páginas uma trajetória tão longa seria impossível, mas nesta reportagem apresentamos dez tópicos que podem ajudar a compreender um pouco melhor como é a China contemporânea.

**CULTURA** – A data 28 de junho é considerada o Dia Internacional do Orgulho LGBTQIA+. Essa data é o marco zero da luta pelos direitos LGBT nos EUA, no Brasil e no mundo. Em 1969, nos EUA, uma das mais importantes rebeliões civis da história aconteceu, tendo sido conhecida como a Rebelião de Stonewall, onde gays, lésbicas, travestis e drag queens enfrentaram a força policial em um episódio que serviu de base para o Movimento LGBT em todo o planeta. Assim, o mês de junho se tornou referência na luta contra o preconceito e por direitos das comunidades LGBT. E, não por acaso, trazemos uma reportagem que contextualiza diferentes formas de manifestação artística no cenário cultural gaúcho, onde artistas buscam reconhecimento por sua arte. Sem abrir mão da militância quando necessária.

E ainda: Fraga, Verissimo, Rolim, Weissheimer, Edgar Vasques e Rafael Corrêa.

Boa leitura!



**EXTRA**  
CLASSE-ORG-BR

REDAÇÃO: [extraclasse@sinprors.org.br](mailto:extraclasse@sinprors.org.br)

Editora-chefe: Valéria Ochôa

Editores Executivos: César Fraga e Valéria Ochôa

Editor de fotografia: Igor Sperotto

Redação: César Fraga, Edimar Blazina, Gilson Camargo e Valéria Ochôa

Colaboradores: Cristiano Bastos, Florencio V. Cortés, Guilherme Zanini, Janaína Câmara da Silveira, Marcelo Menna Barreto e Thiago Copetti

Colunistas: Luis Fernando Verissimo, José Fraga, Marco Aurélio Weissheimer e Marcos Rolim

Diagramação e Arte: Fabio Edy Alves/Bold Comunicação

Projeto Gráfico: Bold Comunicação e D3 Comunicação

Ilustração: Rafael Sica e Ricardo Machado

Charge/Cartum: Edgar Vasques, Rafael Corrêa e Santiago

Revisão: Press Revisão

Comercialização: 51. 4009.2981 e 51. 99702.7283  
[extraclasse@sinprors.org.br](mailto:extraclasse@sinprors.org.br)

Impressão: Zero Hora

Tiragem desta edição: 25 mil exemplares

Telefones da Redação: 51. 4009.2980/2982/2983/2985

\* O conteúdo dos artigos de opinião e matérias assinadas são de exclusiva responsabilidade de seus autores.

Publicação mensal do Sindicato dos Professores do Rio Grande do Sul – Sinpro/RS, filiado à CUT e Contee  
Av. João Pessoa, 919 | CEP 90.040-000 | Porto Alegre | RS | Fone 51. 4009.2900

[extraclass.org.br](https://www.extraclass.org.br) [fb.com/jornalextraclass](https://www.facebook.com/jornalextraclass) [instagram.com/jornalextraclass](https://www.instagram.com/jornalextraclass)

DEM e PSOL pressionaram por leitos

A Defensoria Pública da União (DPU) acionou a Justiça Federal do Distrito Federal, no dia 6 de abril, para obrigar os militares a abrirem leitos para civis. O deputado federal Kim Kataguiri (DEM-SP) fez o mesmo e pediu ainda a responsabilização do ministro da Defesa, Walter Braga Netto.

No mesmo sentido, a banca do PSOL na Câmara Federal mandou ofício à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, vinculada à Procuradoria-Geral da República (PGR), solicitando que sejam adotadas providências para destinar leitos a civis. O PSOL também pediu "investigação e responsabilização sobre o caso", apontando consequências legais e a eventual responsabilização dos militares responsáveis pela gestão desses leitos.

Contraponto das Forças Armadas

O Ministério da Defesa (MD) negou as informações de que houvesse leitos sobrando, enquanto o sistema civil estava colapsado. Em nota publicada no mês passado, hospitais militares chegaram a operar com até 500% de ocupação em seus leitos clínicos, enquanto pacientes militares tiveram de ser transferidos de região, em busca de leitos vagos de UTI.

Conforme as autoridades militares, os dados que mostram ociosidade "correspondem a retratos muitas vezes momentâneos", e que não refletem a dinâmica das internações. Além disso, dizem respeito a "hospitais pequenos, com poucos leitos e recursos limitados".

Segundo o Ministério, "os militares são mais acometidos pela pandemia do que os civis". Dados internos do MD demonstrariam que a incidência da covid-19 entre militares da ativa seria de 13%, enquanto a doença acometeria apenas 6,22% dos civis.

Militares negaram leitos a pacientes civis na pandemia

De acordo com o que consta nas planilhas encaminhadas pelo Ministério da Defesa à Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado – a CPI da Covid –, hospitais militares teriam negado internação a pacientes civis durante a pandemia, mesmo com leitos ociosos.

Em 2021, no auge do cenário de superlotação da rede hospitalar gaúcha, quando a Secretaria de Saúde do Rio de Grande do Sul pediu que o Comando Militar do Sul cedesse leitos clínicos e de UTI para pacientes com covid-19, os militares negaram.

A negativa teria ocorrido, apesar de haver vagas naquele momento, segundo os documentos. Em cinco dos seis hospitais militares do estado, a ocupação era de apenas 65%. Leitos de UTI estariam com ocupação máxima, mas passaram a ter ocupação de 25% no mês seguinte, de acordo com as planilhas e, ainda assim, o Comando manteve a negativa.

A única satisfação dada pelo Comando Militar do Sul foi a de que havia iniciado estudos para colocar em funcionamento um hospital de campanha na capital do estado, Porto Alegre, "com a intenção de ajudar no desafogamento do sistema civil".

O mesmo já havia acontecido no Amazonas, em dezembro de 2020, quando o governo daquele estado solicitou aos militares que cedessem leitos às vésperas do Ano Novo. Vale lembrar que o episódio se deu apenas duas semanas depois da falta de tubos de oxigênio, agravada pela inoperância do Ministério da Saúde, na época, também comandado por um militar, o general Eduardo Pazzuelo.

A resposta, além de negativa, só foi dada no dia 11 de janeiro de 2021. Além disso, conforme as planilhas, naquele mês, os hospitais militares no Amazonas estariam hiperlotados. Mas, curiosamente, no mês seguinte, já estavam com mais da metade dos leitos clínicos disponíveis.

Todo ano, os hospitais militares recebem R\$ 3,4 bilhões em recursos da União – dinheiro proveniente de impostos dos contribuintes predominantemente civis, já que a contribuição dos militares para o bolo é ínfima e repleta de benesses, como a não tributação do Imposto de Renda de grande parte dos rendimentos dos oficiais após reformados –, porém os leitos estão abertos somente para militares e seus familiares.

Parlamentares e órgãos de controle da União têm questionado o Ministério da Defesa e os comandos das For-

ças Armadas sobre essa situação e movido ações na Justiça.

O Tribunal de Contas da União (TCU) chegou a emitir parecer estimulando as autoridades civis de saúde a solicitar vagas ociosas dos militares sempre que houver colapso do sistema. Na Câmara dos Deputados, foi aprovado regime de urgência para a tramitação de uma proposta que tornaria esse compartilhamento de vagas obrigatório.



SANTIAGO



Foto: Igor Sperotto

Hospital Militar de Base de Porto Alegre

# O bolsonarismo é nazifascista, diz historiador judeu



Fotos: Bianca Laureano

por Marcelo Menna Barreto

**M**ichel Gherman, professor do Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), se considerava até pouco tempo atrás como “um intelectual da torre de marfim”. Isso mudou, segundo ele, com a chegada ao poder da extrema-direita no Brasil. “Chegou a hora de posicionamentos mais firmes e contundentes”, declara. Assim, recentemente, ele, que também coordena o Núcleo Interdisciplinar de Estudos Judaicos do Laboratório de Estudos da Religião da UFRJ e é diretor acadêmico do Instituto Brasil-Israel, causou polêmica ao constatar que Bolsonaro e seus apoiadores devem ser denominados como fascistas e nazistas. Gherman é judeu, nascido no Brasil e com cidadania israelense. Sobram-lhe credenciais para uma afirmação desse calibre. Doutor e Pós-doutor em História Social, com pesquisas sobre o uso político da Shoá (termo que referencia o genocídio judaico realizado entre 1941 e 1945 na Alemanha nazista) e da Nakba (palavra utilizada pela historiografia árabe para se referir à derrota palestina no conflito com Israel, de 1947 a 1949), Gherman deixa claro seu desconforto com os que querem colocar embaixo do tapete a frase “nunca mais”, que diz que é uma espécie de síntese do que o Holocausto deixou como lição. Gherman critica as formas como muitas vezes se trata quem quer introduzir na discussão contemporânea atos da chamada Solução Final de Hitler. Para ele, casos de afirmações como “respeite os judeus” que são usados interdita um debate mais do que necessário. “Significa que o Holocausto está sendo colocado em um lugar errado?”, questiona.

**Extra Classe – Recentemente, o senador Renan Calheiros (MDB-AL) ensaiou fazer considerações sobre o Tribunal de Nuremberg, que julgou líderes nazistas responsáveis pelo Holocausto, na CPI da Covid-19. Dias antes, o senador Alessandro Vieira (Cidadania-SE) citou uma análise do julgamento do nazista Eichmann, realizado em Israel, no ano de 1962. Tanto Renan, que foi interrompido, com um grito de “respeite os judeus”, quanto Alessandro, que teve sua intervenção retirada dos anais da CPI, foram coibidos. O senhor mesmo recebeu uma reprimenda da Federação Israelita do Estado do Rio de Janeiro por afirmar que apoiadores de Bolsonaro devem ser tratados como fascistas e nazistas. Qual é sua análise sobre essas situações?**

**Michel Gherman** – Eu acho tudo muito trágico. O que está acontecendo aqui é que a incompreensão de que o Holocausto foi o produto da ascensão de uma extrema-direita autoritária, totalitária, racista e violenta, que usou o discurso do ódio para chegar ao poder, acaba desvinculando uma coisa da outra. A impressão que eu tenho é que, para essas pessoas, falar sobre o Holocausto é essencialmente diferente do que falar sobre nazismo. O que, absolutamente, não é verdade. Eu, que sou de origem judaica, sou judeu, nasci e cresci na comunidade judaica, fui formado em colégios judaicos e em movimentos juvenis judaicos, aprendi por toda a minha vida que a palavra fundamental no ensino do Holocausto é: nunca mais. Ora, se a gente aprende esse termo “nunca mais”, é pra não usar?

**EC – Explique...**

**Gherman** – Note bem, a gente está falando de Tribunal de Nuremberg, a gente está falando sobre Eichmann, que têm relações com o Holocausto. Mas a grande questão é que têm hoje pessoas falando sobre nazismo, sobre fascismo, agindo como nazistas. Não poder falar sobre nazismo, não poder falar que há referências importantes de aprendizado pela humanidade para evitar que isso aconteça de novo significa que a gente tem que tirar o “nunca mais” do nosso aprendizado sobre o nazismo? Eu acho, tem um autor

chamado Mario Sinai, que diz que há um problema entre os judeus que olham para o Holocausto como se fosse propriedade deles. O Holocausto não tem nada de judaico. O Holocausto foi a pior coisa que aconteceu com os judeus. Esse autor diz que há um abraço de urso. Ao invés de fazer com que as pessoas dessacralizem o Holocausto, se transforme o Holocausto num debate historiográfico, o transforma numa perspectiva sacralizada, que não é correta.

**EC – O que deve ser sacralizado?**

**Gherman** – O que deve ser sacralizado é o judeu e a vida, não o Holocausto. Então, quando se fala Holocausto e alguém grita “respeite os judeus”, significa que o Holocausto está sendo colocado em um lugar errado! O Holocausto promoveu a morte de judeus e aqui eu quero dizer: o meu ponto é que o Holocausto e o nazismo são lugares diferentes de compreensão de um fenômeno, mas não haveria o Holocausto se o nazismo tivesse sido interrompido. E o governo Bolsonaro tem práticas que são efetivamente próximas do discurso nazista entre 1933 e 1938.

**EC – A dos horrores perpetrados pelos nazistas, transformar Holocausto em tabu, colocado conforme a conveniência, não parece, ironicamente, se travestir daquilo que Bolsonaro e seus apoiadores lá no início chamavam de vitimismo das minorias?**

**Gherman** – Tem um autor, Klemperer (*Victor*), que trabalha com a ideia da linguagem do fascismo, a linguagem do terceiro Reich. Bolsonaro criou uma linguagem bolsonarista. É uma linguagem que, às vezes, a gente acha que está entendendo e não está entendendo. Às vezes, ele usa termos – isto é típico do fascismo, na verdade, esteticamente típico do nazismo – que querem dizer algumas coisas, mas a partir de um momento, por conta da intervenção da extrema-direita, diz outra. Vou dar um exemplo: doutrinação. Quando Bolsonaro combate a doutrinação, ele está inserindo uma doutrinação dele. Ele não está discutindo o papel do professor; ele está discutindo o que ele tem que doutrinar.

**“O que está acontecendo aqui é que a incompreensão de que o Holocausto foi o produto da ascensão de uma extrema-direita autoritária, totalitária, racista e violenta, que usou o discurso do ódio para chegar ao poder, acaba desvinculando uma coisa da outra”**

**EC – O senhor também estuda as relações do neopentecostalismo com as causas judaicas na Terra Santa, o Sionismo Cristão, que defende Israel de forma incondicional. Qual é a sua visão?**

**Gherman** – Eu defendo a tese e esse é o meu trabalho atual que, na verdade, eles defendem uma Israel imaginária. Uma Israel que está dentro da perspectiva deles; que tem muito mais a ver com o Reino de Judá, com o Reino de Salomão do que com o estado de Israel contemporâneo. Por exemplo, a ideia de uma sociedade secular, *LGBT Friendly*, como acontece em Israel, é insuportável para eles. Eles simplesmente não veem isso. O que eles veem é uma Israel imaginária, um judeu imaginário, que é necessariamente branco, armado, religioso e hipercapitalista.

**EC – Como isso se solidifica no apoio dos neopentecostais ao projeto político de Bolsonaro?**

**Gherman** – À perspectiva deles é uma perspectiva de um projeto sagrado. Veja, Israel foi um dos países que mais vacinou e um dos primeiros a vacinar pessoas contra a covid, mas, por posições ideológicas que eu não vou entrar no mérito, Bolsonaro é contra as vacinas. Esta extrema-direita que é contra vacinas, que é contra a vacinação pública, símbolo maior da saúde pública, então promove uma espécie de *charter* ideológico e vai até Israel – que combate a covid com vacinas – para analisar um spray que não é ainda aprovado. Essa movimentação ideológica, olha só que interessante, praticamente ignora que existe vacinação em Israel, que existe um processo de vacinação pública – uma história que não existe – e vai atrás de um spray. Esse spray tem uma relação profunda com a história do remédio mágico, a ideia da cura lá de Pentecostes, no Velho Testamento, no Novo Testamento. Essa ideia da cura é uma ideia importante que

os neopentecostais compartilham também com essa extrema-direita. O líder que vai trazer essa cura, o remédio santo da Terra Santa. Mesmo que você tenha que ignorar tudo que está acontecendo diante de você. O spray me parece o exemplo do que tem de melhor sobre a Israel Imaginária. Você absolutamente desconsidera o que está acontecendo diante dos seus olhos em nome de uma perspectiva ideológica.

**EC – Mudando de assunto, muitos dizem que o que ocorre hoje em dia nos conflitos entre Israel e Palestina remete ao regime de Apartheid da África do Sul. No seu entendimento, existe essa semelhança?**

**Gherman** – Aqui já temos uma questão que eu digo complexa. A partir de 1973, a palavra *Apartheid* surge nos anais da ONU para descrever regimes onde há “apartamentos” de populações diferenciadas por origens étnicas ou religiosas. O problema – e isso acontece nos territórios ocupados – é que tem um uso político cínico da palavra *Apartheid* na tentativa de transformar Israel na África do Sul dos anos 1980. Isso é incorreto. Israel está longe de ter um regime de *Apartheid* dentro das fronteiras de 1948; Israel está longe de ser um país que discrimina as populações por dimensão étnica, pelo menos de maneira legal. Quando se usa a palavra *Apartheid*, a intenção não é a descrição gramatical, legal, do que acontece nos territórios ocupados. É a transformação da percepção de quem lê Israel como uma África do Sul dos anos 1980. Isso eu acho injusto e desonesto.

**EC – Mas, à revelia dos posicionamentos da ONU, Israel continua expulsando palestinos e ocupando terras que, pelo tratado, não lhe seriam de direito. Como justificar isso?**

**Gherman** – Em relação ao que acontece para lá da linha verde,

## ENTREVISTA

a gente tem acordo. O que acontece é uma situação insuportável, insustentável e indefensável. O nome do que acontece é ocupação. Ocupação a partir de cidadania diferenciada. Se você quiser chamar o que acontece nos territórios ocupados de *Apartheid*, eu aceito. O problema é que o uso da palavra *Apartheid* é para descrever o que acontece também do lado de lá da fronteira (a demarcação legal do território de Israel pela ONU). É um uso político e ideológico de quem quer isolar Israel. E olha, a manutenção da ocupação israelense está acabando com Israel. Mas, perspectivas que reproduzem a ideia de que Israel e a África do Sul dos anos 1980 são a mesma coisa, que defendem, por exemplo, o boicote ao estado de Israel, fortalecem de maneira impressionante a extrema-direita de Israel.

**EC – O senhor falou do Boicote, Desinvestimento e Sanções (BDS), um movimento forte que prega ações semelhantes ao que aconteceu e ajudou na derrocada do regime da África do Sul. O senhor é contra o boicote à indústria armamentista e de segurança de Israel, que é usada para reprimir os movimentos sociais mundo afora, inclusive no Rio de Janeiro onde o senhor vive, na repressão às favelas?**

**Gherman** – Engraçado que, quando o Witzel (governador do Rio de Janeiro que sofreu impeachment em abril passado) tentou fazer uma compra específica para ser usada nas favelas, um jato muito forte de água que espalha manifestações, Israel não aceitou porque é um produto militar de segurança nacional.

Ele queria usar como segurança pública. É claro que eu sou contrário à importação disso; é claro que, quando for necessário, eu vou apoiar um boicote à importação de armas que vão ser usadas aqui, por exemplo, para combater violência pública, combater manifestações de professores desarmados. A questão é que o BDS não fala disso. O BDS fala de um boicote completo a partir da ideia de que pessoas como eu, que sou um cidadão de Israel, que tenho em algum sentido vínculo com essas perspectivas de segurança, de controle de população palestina. Por ser eu, que estou fazendo agora um doutorado numa universidade de Israel, eu também tenho que ser boicotado? Aí eu já acho complexo, porque tem uma dimensão que, tal qual a extrema-direita tem uma percepção daqueles quatro pontos que falei anteriormente, o BDS acaba compartilhando com essas coisas. Para eles, não há sociedade civil israelense. Para eles, todos são brancos, ultracapitalistas, religiosos e armados. Inclusive eu! E aí eu já acho que, por um lado, eles compartilham dessa gramática da extrema-direita. Eles acham negativo, a extrema-direita acha positivo.

**EC – E o senhor, o que pensa disso?**

**Gherman** – O que eu acho, de verdade, é que nenhum desses dois lados tem razão. O BDS compartilha do antissemitismo da extrema-direita. Isso para mim é muito arriscado, pois, ao contrário da África do Sul, há uma possibilidade de pressão interna na sociedade israelense, com a participação diária dos ci-

dadãos, de se avançar para o final da ocupação. Agora mesmo, parece que vai ser formado um governo de oposição ao Benjamin Netanyahu. O boicote social, acadêmico, principalmente produz de uma maneira muito clara o fortalecimento da extrema-direita e não o enfraquecimento dela. Além de reproduzir, volto a dizer, um discurso antissemita.

**EC – O senhor se considera sionista?**

**Gherman** – Eu me considero um sionista. Eu sou um sionista de esquerda. Eu me considero um sionista que luta por uma solução pacífica para os dois povos (*israelenses e palestinos*). Mais do que isso: eu considero que há uma ruptura entre o sionismo de direita e os valores fundamentais e fundadores do sionismo. Não é possível falar de um estado de Israel democrático com ocupação. Enquanto houver ocupação, há que se lutar pelo fim dela. O que eu acho e aqui eu estou quase que fazendo um posicionamento público – é a primeira vez que eu falo isso de maneira pública – é que, enquanto nós tivermos uma noção pública de que o verdadeiro sionista é de direita, a gente vai estar dando exposição para um grupo que, na realidade, não se preocupa com Israel. Se preocupa com os seus posicionamentos ideológicos. O verdadeiro sionismo, para mim, está na esquerda. É o sionismo que tem clareza de que, enquanto não houver um estado Palestino, não haverá um estado de Israel justo, aberto e democrático.

**EC – E o sionismo como fica nessa história toda?**

**Gherman** – É claro que o sionismo é um produto terminado do que aconteceu na Europa com os judeus, da noção de que não há possibilidade de vida na diáspora judaica. Provavelmente, se não houvesse o acirramento do antissemitismo e a construção da possibilidade do Holocausto na Europa, o estado de Israel demoraria alguns anos para ser criado. O que há é uma disputa de narrativas entre dois povos, ambos legítimos, na construção de um estado nacional que compartilhe de um mesmo território. Perspectivas colonialistas ou pós-colonialistas te dão a dimensão de que Israel é só um projeto colonial? Isso resolve ignorar todo um processo histórico, tal como o negacionismo histórico faz. Eu lamento. Acho que é importante você discutir história pública, mas que não se abra mão do processo histórico em nome de garantir que a sua opinião saia vencedora. Eventualmente, você vai discutir com uma pessoa que discorda de você, mas acho mais importante levar em conta o processo histórico do que ter uma vitória no debate. Se a gente não estudar bem o que é o conflito palestino-israelense, a gente corre o risco de, de um lado ou do outro, considerar os palestinos todos terroristas e os judeus todos colonialistas e não entender o que é a grande complexidade que é a vida de judeus e árabes na região.

**EC – Como o senhor vê a ideia preconizada pela ONU de Jerusalém ser a capital tanto de Israel quanto da Palestina?**

**Gherman** – Eu sonho com Jerusalém sendo uma capital para esses dois estados.

### Planos para a sua saúde? O Sinpro/RS tem.

**Unimed** | **CCG Saúde** | **UNIODONTO** PLANOS ODONTOLÓGICOS

Faça a simulação e confira o quanto você pode economizar

Professoras e professores associados ao Sinpro/RS podem contar com os melhores planos de saúde médico e odontológico.

**sinprosaúde**

## 1973: as crianças abusadas e mortas da era Médici



Escaneie o código e acesse a matéria completa

Três histórias de sequestro, abuso sexual infantil, assassinato e impunidade durante os anos de chumbo da ditadura civil-militar inspiraram o Maio Laranja.

O governo do general Emílio Garrastazu Médici, entre os anos 1969/1974, é considerado o de maior repressão na ditadura civil-militar no Brasil (1964/1985). O ano de 1973 foi marcado especialmente por sequestros, violências, abuso sexual e assassinatos de três crianças. Foram episódios que abalaram o país e até hoje não têm solução, e os envolvidos permanecem impunes.

O primeiro caso foi o de Araceli Cabrera Sánchez Crespo, que tinha oito anos quando seu corpo foi encontrado, em 18 de maio, com marcas de violên-



Foto: Reproduções/arquivos de família e jornais de época

cia e abuso sexual, no Espírito Santo. Quatro meses mais tarde, Ana Lídia Braga, sete anos, foi morta em situação semelhante, em Brasília. Entre os casos das duas meninas ocorreram o sequestro e o desaparecimento de Carlos Ramires da Costa, em 2 de agosto, no Rio de Janeiro, aos 10 anos.

## Mais de 6 mil denúncias de abuso sexual contra crianças em 2021

A cada uma hora, o país tem 2,2 casos de violência sexual contra crianças e adolescentes, com registros no Disque 100, o telefone da Secretaria Nacional de Direitos Humanos da Presidência da República. No total, em cinco meses incompletos de 2021, já foram registradas 6.091 denúncias, entre 1º de

janeiro e 12 de maio. Esses números representam 17,5% de aproximadamente 35 mil casos que somam todos os tipos de violência contra crianças e adolescentes neste mesmo período.



Foto: Freepik

## NOVA COLUNISTA

### Extra Classe estreia nova colunista no site do jornal

A economista do DIEESE Anelise Manganelli passa a escrever mensalmente sobre mercado de trabalho, educação, políticas públicas e desenvolvimento econômico.

O jornal *Extra Classe* começa a contar em seu quadro de colunistas com a economista Anelise Manganelli. Com mestrado em Economia pela PUCRS, Anelise atua como técnica no Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) e estreou no site do jornal em abril com uma coluna mensal sobre mercado de trabalho, educação, políticas públicas e desenvolvimento econômico.

Antes de integrar a lista de colunistas, Anelise colaborava com o *Extra Classe* com a análise de dados socioeconômicos e como fonte para reportagens especiais. Ela fará companhia à equipe de articulistas exclusivos para a versão online do jornal, que já conta com Moisés Mendes, Gabriel Grabowski e Maria Lúcia Fattorelli, além dos já consagrados nas edições impressas do *Extra* Luis Fernando Verissimo, Marcos Rolim, Marco Weissheimer e Fraga.



Foto: Igor Speratto

# Você é o nosso melhor argumento para a sindicalização

Você, que já é sócio do Sinpro/RS, conhece os benefícios de ter um Sindicato com a estrutura necessária para fazer a defesa dos interesses das professoras e professores. Para seguirmos em frente, precisamos ampliar ainda mais o número de associados.

## Vamos premiar a sua participação!

Basta que os colegas que você convidou indiquem o seu nome como "Sindicalizador" no preenchimento da Ficha de Sindicalização, que está disponível em [www.sinprors.org.br/sindicalizacao](http://www.sinprors.org.br/sindicalizacao).



5 novos sócios,  
você ganha uma  
PASTA DE COURO



8 novos sócios,  
você ganha um  
SMARTPHONE



12 novos sócios,  
você ganha um  
NOTEBOOK

**SINPRO/RS**  
Sindicato Cidadão

**SINPRO/RS**  
**VOCÊ USA, VOCÊ PRECISA**  
**SINDICALIZE-SE!**

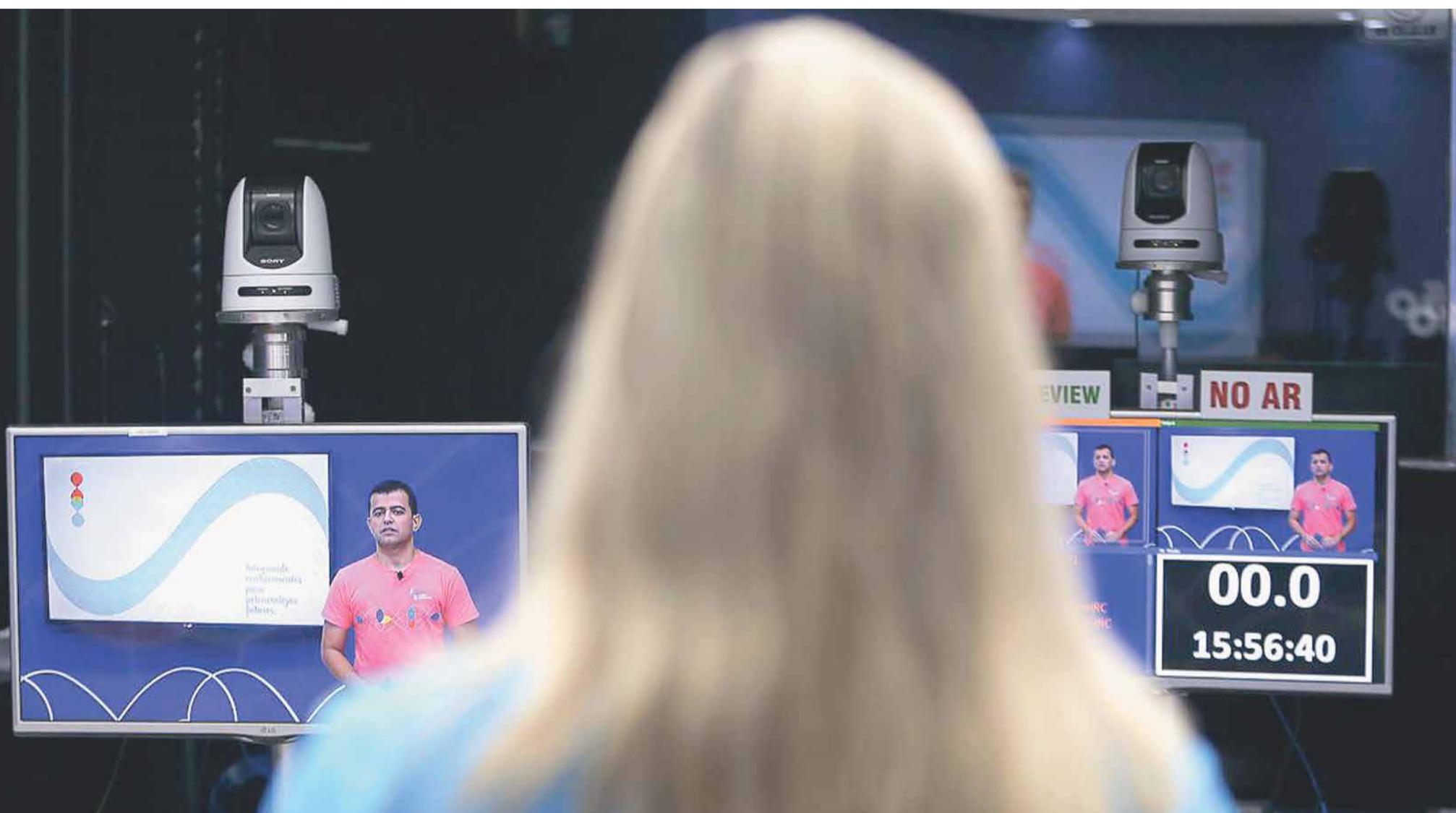


Foto: Marcelo Camargo/ Agência Brasil

## EaD: entre a venda de logins e a valorização do professor

por Guilherme Zanini

*Seria o Ensino a Distância (EaD) um simples modelo de negócio – uma mera venda de logins para estudantes que nem sempre concluem os cursos? Ou representa uma oportunidade para as universidades tradicionais se reinventarem e oportunizarem o acesso ao ensino superior àqueles que não tiveram chances de ingressar em uma faculdade em outras épocas? Esses questionamentos se impõem como dilema às instituições de ensino superior tradicionais em um cenário de grande concorrência e da expansão desenfreada com os modelos mercantis*

**N**os últimos anos, o acesso ao ensino superior por meio de cursos a distância teve um aumento significativo. E não apenas por conta da pandemia, que acelerou o processo.

No Censo da Educação de 2018,

chamou a atenção: o número de vagas em cursos superiores EaD ultrapassara o dos presenciais no Brasil. Foram ofertadas 7.170.567 vagas de EaD, contra 6.358.534 presenciais. No entanto, no que diz respeito às matrículas, o número

de alunos no presencial ainda foi maior. Conforme dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (Inep), de 2009 a 2019, o EaD cresceu 378,9%, um aumento de 4,7 vezes. O presencial ficou em 17,8%.

Diante deste cenário, com

abundância de vagas, ficam alguns questionamentos. Como as instituições particulares de ensino superior, em especial as com protagonismo histórico, estão conduzindo esse processo de adaptação aos formatos híbrido e a distância?



# Campanhas agressivas para conquistar matrículas

Apesar de sermos diariamente bombardeados por anúncios de cursos de graduação a distância, inclusive em intervalos de horário nobre na TV, vale lembrar que o formato EaD não é algo tão novo dentro da educação superior

brasileira. Ainda em 1996, a lei 9.394/96 (LDB) já previa a liberdade para que as instituições pudessem oferecer essa modalidade, desde que o credenciamento tivesse a aprovação do MEC.

Nos últimos anos, foi possível

identificar uma forte aceleração na oferta de vagas, que, em grande parte das vezes, vem acompanhada de massivas campanhas publicitárias – a maioria orbitando em torno do preço das mensalidades.

Mesmo assim, é inquestionável o fato de que mais pessoas estão tendo acesso à formação universitária.

Nesse contexto, é possível afirmar que o Ensino a Distância é um caminho sem volta. Mas como as IES estão ofertando esse modelo?

## Caminho próprio ainda é oneroso

A Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) apostou em um modelo próprio. De acordo com a gerente acadêmica de educação on-line da instituição, Laura Dalla Zen, priorizou-se a qualidade do que é oferecido aos alunos no ambiente virtual. “A preocupação maior é ter um material didático próprio, elaborado pelos professores, além de oferecer um modelo interacional, com participação e interação dos alunos.”

Segundo a professora, a cada início de semestre os conteúdos dados aos alunos EaD são revisados pelos professores da universidade. Além disso, Laura explicou à reportagem que a mediação

junto aos alunos é feita por tutores mestres e doutores na área do curso, com o suporte de professores chamados de curadores. São eles os responsáveis por agregar novas informações ao conteúdo oferecido aos alunos que fazem aulas de forma remota.

“Mesmo com todos os ajustes e adequações, o EaD da Unisinos ainda é o mais caro do mercado”, afirma.

A professora destaca que não vê o EaD como uma modalidade inferior dentro da universidade: “O curso de Ciências Contábeis EaD, por exemplo, obteve uma nota no Enade maior do que o presencial, o que só comprova que os cursos

são parelhos. O que temos no EaD é uma outra modalidade de aluno, que, por determinadas circunstâncias da vida, inclusive financeira, fez essa escolha”.

Outra instituição tradicional do Rio Grande do Sul que optou por um gerenciamento próprio do ensino a distância foi a Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí). Conforme o coordenador do EaD, Luciano Zamberlan, a Universidade já opera com cursos remotos desde 2004, e foi esse conhecimento que ajudou na escolha do modelo adotado: “A Unijuí optou pela produção de conteúdos a partir dos nossos professores, ou seja, os

mesmos que estão na graduação, pós, mestrado e doutorado. É uma maneira de colocar a nossa marca nesses materiais”, afirma.

Embora a mediação também passe por tutores, Luciano explica que os professores do presencial participam ativamente da interação com os alunos.

“Foi uma opção institucional, embora haja implicações no ponto de vista financeiro, pois a gente não compete nos mesmos patamares de preço dos grandes players nacionais. Ainda assim, conseguimos ter cursos de alta qualidade, preservando a identidade institucional por meio dos nossos professores”, complementa.

## A opção pela terceirização na criação de conteúdos

Por outro lado, algumas universidades optaram por modelos em parceria com editoras ou fornecedoras de conteúdo e plataformas, como é o caso da Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc), que no momento atua em conjunto com o Grupo A, na graduação. Atualmente, a universidade oferta 20 cursos EaD, como Administração, Educação Física e Engenharia de Produção. A conquista e a retenção dos estudantes ficam por conta do Grupo A.

Para Rudimar Serpa, coordenador da assessoria de ensino a distância da Unisc, um problema desse tipo de ensino ocorre pelo fato de ele ser pensado seguindo a lógica do modelo presencial. No caso da Unisc, ele garante que a adoção do modelo em parceria com uma outra empresa foi amplamente discutida e avaliada previamente pela instituição.

Conforme Serpa, a grande vantagem de estar junto com o Grupo A se dá pela agilidade na produção dos conteúdos: “Não é um processo tão simples utilizar o formato

presencial nosso, que é tão exitoso, e fazer essa transposição para o EaD. Em um determinado momento, nós experienciamos isso, mas não conseguimos a agilidade que gostaríamos”, compara.

Segundo ele, os materiais produzidos pelo Grupo A são revisados pelos professores da Unisc antes de serem disponibilizados aos alunos. Quanto aos tutores que dão suporte aos estudantes de EaD, ele garante que são funcionários técnico-administrativos da instituição.

Sobre o uso de materiais terceirizados para a construção das disciplinas, Rudimar defende que o Grupo A disponibiliza cerca de 19 mil unidades de aprendizado (módulos), e que a montagem das disciplinas ocorre a partir desses conteúdos, os quais são escolhidos por professores da universidade.

Quando questionado sobre o fato de os materiais trabalhados no ambiente virtual de aprendizagem não serem de produção própria da Unisc, Rudimar disse:

“A lógica é como tu adotares

um livro didático para a disciplina que vai ministrar, em que você vai numa biblioteca, seleciona quais obras e as usa em sala de aula”.

Perguntado pela reportagem se a parceria com uma empresa terceirizada para produção de conteúdos não fere os princípios comunitários, a autonomia e as características que dão identidade à Unisc, ele respondeu “que não”, e reforçou o fato de que este modelo permite oferecer cursos de ensino superior a pessoas que antes não

tinham acesso a um diploma.

“Quando você promove um curso de graduação a distância, você está promovendo pesquisa, extensão e todo um conjunto de ações que refletem na comunidade”, acrescenta.

Além da Unisc, apuramos que no Rio Grande do Sul esse formato de parceria com o Grupo A – antiga Artmed – também ocorre na UCS, UCPel, URI e Urcamp, inclusive com as mesmas campanhas promocionais e formas de ingresso.



Foto: Igor Speratto

## Preocupação com a qualidade e valorização dos professores

Na opinião de Marcos Fuhr, diretor do Sinpro/RS, sindicato que representa os professores da rede privada no RS, essa prática da parceria do capital privado com instituições comunitárias gera bastante preocupação.

“Isso desprestigia os professores das próprias instituições, que poderiam estar incumbidos de formatar cursos a distância, garantindo carga horária e salário para esse trabalho”, argumenta.

Fuhr reforça que a crítica não se dá ao formato do ensino a dis-

tância em si, mas sim à opção das instituições de ensino que buscaram a terceirização para implementar o EaD.

“Não tem como resistir à questão da expansão do EaD. Infelizmente, o Brasil é um país que, em função da frouxidão da legislação e das normativas, permitiu um crescimento desmesurado e uma implementação completamente desenfreada da educação a distância no ensino superior. As instituições comunitárias, que são as maiores do Rio Grande do Sul,

demoraram muito para se dar conta de que era impossível resistir ao EaD. E quando se deram conta de que precisavam entrar nesse mercado, muitas o fizeram de forma atabalhoada, pela via dessas parcerias, que, ao nosso ver, são muito questionáveis.”

Conforme dados do Inep, de 2009 a 2019, a modalidade EaD teve um salto de 378,9% em matrículas de ingressantes, mostra censo do Inep – um aumento de 4,7 vezes. Nos cursos presenciais, o crescimento foi de 17,8%



Foto: Igor Sperotto

## A empregabilidade dos graduados em EaD

Em tese, o diploma de quem se forma em um curso a distância é exatamente o mesmo de quem tem uma formação presencial. Isso significa que, supostamente, ambos teriam as mesmas chances no mercado de trabalho.

Cássio Mattos, vice-presidente da Associação Brasileira de Recursos Humanos (ABRH), garantiu

que o preconceito que existia até alguns anos atrás com egressos de cursos EaD já não acontece mais com tanta frequência.

“A discussão hoje nas empresas de recrutamento está muito menos intensa em se a pessoa tem formação por EaD ou presencial, e muito mais pela trajetória de carreira para ver o quanto esses profissio-

nais têm alinhamento com as demandas dos clientes”, assegura.

Cássio chama a atenção para o fato de que, atualmente, 90% das demissões nas empresas ocorrerem por questões comportamentais, e não pelo conhecimento técnico.

“Quando conversamos sobre EaD ou presencial, nós estamos

falando sobre conhecimento, não sobre comportamento. Estamos falando de *hard skills* (aptidões técnicas) e *soft skills* (habilidades sociocomportamentais mais elaboradas), e os profissionais que estão tendo sucesso no mercado hoje são aqueles que têm consistência técnica com a consistência comportamental”, acrescenta.

## Modelo próprio centrado no professor é diferencial de qualidade

Heitor Strogulski, diretor da Flamingo Edu, trabalha com consultoria na área de EaD e aponta algumas características da modalidade, especialmente no que diz respeito aos atrativos em fazer um curso a distância, e o principal é a questão do preço, que permite a estudantes de menor renda cursarem uma faculdade.

“As grandes corporações começaram a disputar os alunos de maneira agressiva, o que acho bas-

tante natural, devido ao empobrecimento da população. Se é suficiente só ter o diploma para estar no mercado de trabalho, as pessoas podem comprar esses cursos”, explica.

Entretanto, Heitor destaca que o índice de evasão no EaD é alto, pois exige que o estudante tenha uma postura mais ativa em relação ao aprendizado, e que uma estratégia para evitar essa desistência é o uso da imagem do professor na retenção dos estudantes.

Por conta disso, ele acredita que muitas instituições estão voltando mais a atenção para o ensino híbrido, cuja característica é ter encontros com os professores, sobretudo nas disciplinas práticas, deixando a teoria para o formato EaD.

Diante de um cenário no qual o EaD veio para ficar, Heitor aponta um caminho para as instituições que primam pela qualidade do ensino: “A única forma de competir com grandes grupos é ter um

modelo próprio, trabalhar com diferenciação local”, complementa.

O consultor conclui afirmando que a evolução do EaD passa por evidenciar a figura do professor, assim como acontece em países como o Canadá, onde não há diferenciação entre os formatos: “As pessoas estudam materiais em casa e outros em sala de aula, mas na hora da apresentação de um curso, está lá a figura do coordenador, dos professores”.

Um colega está com sintomas. O que fazer?

Materiais escolares podem ser compartilhados?

Pais e responsáveis podem entrar no ambiente escolar?

Minha instituição de ensino não está cumprindo os protocolos!

Qual o limite de alunos por sala de aula?

Reunimos num só lugar tudo que você precisa saber sobre a Covid nas instituições de ensino. Afinal, informação de qualidade também previne a disseminação do vírus.

**CANAL COVID SINPRO/RS, a nossa linha direta no combate ao vírus.**



www.sinprors.org.br



MARCO AURÉLIO WEISSHEIMER

# Entidades acusam Bolsonaro de promover extermínio indígena na Amazônia

*Documento traz um conjunto de depoimentos de lideranças indígenas denunciando que está em curso uma política de extermínio*



Foto: Marcos Correa/PR

**A**taques de garimpeiros em áreas indígenas, incêndios criminosos, divulgação de propagandas negacionistas por pessoas e organizações religiosas de base fundamentalista recusando a vacinação, distribuição de cloroquina e remédios sem comprovação de eficácia, desca-so no atendimento de indígenas que vivem em áreas urbanas ou em terras não demarcadas, causando mortes em série. Esses são alguns dos fatos relatados pela Frente Amazônica de Mobilização em Defesa dos Direitos Indígenas (Famddi) que entregou, no dia 20 de maio, uma petição à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid-19, no Senado Federal, denunciando o que classificou como “grave situação de contaminação da doença” e de “extermínio” dos povos indígenas do Amazonas.

A petição pede aos senadores que integram a CPI que inclua em suas investigações “os depoimentos que comprovam o extermínio dos povos indígenas pelo Governo Federal, que utiliza o coronavírus como instrumento de sua política pública de morte”. As entidades que integram a Famddi pedem que “a investigação seja

abrangente para envolver todos os agentes de Estado que deram causa ao novo extermínio dos povos indígenas no Estado do Amazonas e em todo o Brasil, no âmbito da União, em particular o Presidente da República e o Ministro da Saúde”, e que as responsabilidades sejam apuradas a fim de que sejam promovidas as ações para responsabilização criminal e administrativa desses agentes.

Integram a Frente Amazônica de Mobilização em Defesa dos Direitos Indígenas as organizações indígenas Fórum de Educação e Saúde Indígena do Amazonas (Forreia), Associação das Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro (Amarn), Federação Indígena do Povo Kukami-Kukamira do Brasil, Peru e Colômbia (TWK), Associação dos Docentes da Universidade Federal do Amazonas (Adua), Serviço Amazônico de Ação, Reflexão e Educação (Sares), Conselho Indigenista Missionário – Cimi Regional Norte 1 e Serviço de Cooperação Yanomami (Secoya).

As denúncias de violações de direitos e crimes foram relatadas nos dias 29 e 30 de abril deste ano, durante o Encontro “Violações dos direitos indígenas e genocídio no

Amazonas”, que contou com a participação de lideranças e advogados indígenas, representantes de organizações indigenistas e de direitos humanos, parlamentares e juristas.

Uma liderança da Associação Yanomami Kurikama da região do Rio Negro/AM denunciou, nesse encontro, a invasão da Terra Indígena Yanomami por garimpeiros: “Nós não queremos deixar construir o garimpo dentro da área Yanomami. Não queremos! Nosso território tá homologado. Os órgãos podiam respeitar nossos direitos. Reconhecer nossa realidade, respeitando nossas crenças”, relatou. As entidades que assinam o documento destacam que a “invasão massiva de garimpeiros na TI Yanomami significa um risco constante à vida dos indígenas, seja pela transmissão de doenças como a Covid-19 e a malária, seja devido a conflitos violentos”.

A petição também assinala que, em novembro de 2020, o Relatório Xawara: rastros da Covid-19 na Terra Indígena Yanomami (TIY) e a omissão do Estado, elaborado pela Rede Pró-Yanomami e Ye’kwana e pelo Fórum de Lideranças da TIY, mostra o total descontrole da doen-

ça no território indígena. Segundo o relatório, entre agosto e outubro de 2020, o número de casos de covid saltou de 335 para 1.202, sendo que até aquele momento haviam ocorrido 23 óbitos pela doença. Os casos de covid-19 podem ser muito maiores, destaca ainda o documento, visto que a Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), até o momento em que o citado relatório foi elaborado, havia testado apenas 1.270 Yamomamis de uma população de 26,7 mil.

Conforme levantamento da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), divulgado em 18 de maio deste ano, foram registrados 38.566 casos confirmados, 557 casos suspeitos e 932 falecimentos de indígenas pela covid-19 na Região Amazônica, sendo que 316 dos óbitos, ou seja, um terço deles, ocorreram no estado do Amazonas.

O documento traz um conjunto de depoimentos de lideranças indígenas denunciando que está em curso uma política de extermínio dos povos indígenas, implementada pelo governo federal, que vem utilizando o coronavírus como um meio para o saque dos territórios indígenas.



Foto: Carlos Vera / Colectivo2+

# Um breve relato sobre a Constituinte no Chile

por Florencio Valenzuela Cortés

O dia 14 de novembro de 2019 tornou-se uma data que ficará na história do Chile. Naquele dia, houve uma greve nacional, que culminou em uma série de eventos. Esses eventos tiveram início semanas antes, em 18 de outubro. Ao longo daquele mês, grandes e massivas manifestações foram realizadas por todo o país, ocorreram também atos de muita violência, ainda maiores do que os vistos durante os dias de protestos gerados na ditadura de Pinochet, com saques de supermercados, incêndios de lojas, e com uma clara confirmação da incapacidade da polícia

em prender os perpetradores, seja por cumplicidade ou mera incapacidade. Por outro lado, a forte repressão resultou em mortes, além de milhares de feridos e detidos. Foram centenas de espancamentos que causaram sequelas permanentes. Pelo menos duas dezenas de pessoas perderam o globo ocular. Em dois casos emblemáticos, manifestantes ficaram cegos como resultado dos tiros da polícia. Nessas condições, a greve nacional convocada por *La Mesa de Unidad Social* (frente sindical e dos movimentos sociais chilenos) foi muito relevante e atingiu fronteiras sem precedentes.

Diante dessa situação, o governo de direita de Sebastián Piñera, totalmente tensionado, teve de enfrentar duas possibilidades: buscar uma saída recorrendo a uma medida de força, a qual consistia em colocar militares nas ruas, ou seja, emitir um decreto de um estado de guerra na prática, com plenos poderes para reprimir as manifestações com sangue e fogo, ou uma solução política que reunisse todos os atores e buscasse com eles responder às demandas dos cidadãos. O governo adotou a segunda hipótese e convocou todas as partes, quando se avaliou o histórico da grave situação. Essas par-

tes foram instadas a chegar a um acordo, que pedisse para gerar um clima de apaziguamento social a fim de evitar um enorme confronto.

Surgiu, então, a opção de tomar e dar caráter institucional a esta forte demanda social para acabar com a Constituição de 1980, instituída e imposta durante a ditadura Pinochet, a qual foi o grande obstáculo que surgia toda vez que se queria avançar, até mesmo em reformas mornas, para atenuar o sistema de abusos a que a sociedade chilena foi submetida.

Desta forma, todas as forças políticas, com exceção do partido de ultradireita Republicanos, que

então se encontrava em processo de formação nacional, atenderam a essa convocação. No decorrer do debate, que durou muitas horas, os partidos de extrema-esquerda se retiraram: o Partido Comunista e alguns setores da Frente Ampla, uma formação de partidos jovens que haviam obtido imensa representatividade nas últimas eleições parlamentares. Porém, seu principal deputado, Gabriel Boric, decidiu permanecer nas negociações, sendo o único representante daquele conglomerado que assinou o acordo intitulado "Pela paz e pela nova Constituição". Essa assinatura resultou em uma grande perseguição na mídia por membros de sua coalizão e de seu partido, Convergência Social, que censurou e suspendeu o parlamentar por algum tempo. No entanto, essa decisão, efetivamente, conseguiu reduzir de forma gradativa o clima de agitação social, e a sociedade chilena começou a se organizar para participar de um organograma cujo primeiro marco foi um plebiscito nacional para decidir se a maioria estaria prestes a mudar a Constituição e avançar no caminho para gerar outra carta fundamental, onde quem a escrevem são setores que não vêm do mundo político tradicional. É assim que a cidadania chilena foi chamada para uma votação importante, em que duas coisas foram consulta-

das: se você quer uma mudança na Constituição e se realmente deseja, ela deve ser redigida por uma assembleia mista, ou seja, 50% dos parlamentares e 50% de cidadãos eleitos democraticamente, ou por 10% de constituintes eleitos pelo voto popular.

Os resultados foram absolutamente inesperados e, apesar da campanha dos setores conservadores, a mudança constitucional chegou a 78,6%, e o desejo dos cidadãos de que seja uma convenção constitucional composta exclusivamente por eleitos atingiu 82% de adesão.

Esta eleição deveria ter sido realizada em 2020. Infelizmente, teve que ser adiada para abril de 2021 e, posteriormente, até maio, dada a situação sanitária decorrente da pandemia.

Mais uma vez, a eleição dos constituintes, realizada com outras três eleições administrativas: prefeitos, vereadores e governadores, teve um resultado completamente surpreendente, mas alinhado com os resultados anteriores. Isso, apesar da enorme dispersão do mundo progressista. Com a impossibilidade de os partidos políticos pactuarem listas unitárias e inscrição de várias listas independentes, os candidatos do setor conservador sofreram uma retumbante derrota, atingin-

do menos de 25% dos eleitos, impedindo-os de chegar a um terço, o que seria uma grande barreira para promover mudanças fundamentais na nova Constituição.

O ponto negativo desta eleição foi que menos pessoas votaram do que no plebiscito. Nessa ocasião, quase 50% dos cidadãos votaram; desta vez, apenas 42%.

Quais são as mudanças exigidas pela sociedade chilena que alcançaram um grau de adesão tão elevado? Incorporar os direitos sociais na Constituição como responsabilidade do Estado. O que está intimamente relacionado a acabar com o conceito de Estado subsidiário e transformá-lo em uma entidade que participe ativamente da economia. "Mais estado e um melhor estado", parece ser o desejo dos cidadãos. A recuperação dos recursos básicos é outra demanda muito importante, além de acabar com a

privatização da água e transformar aquele elemento vital em um de uso público. A descentralização do país é outro fator importante, além de transformar o Chile em um estado plurinacional, com reconhecimento dos povos indígenas.

Esse processo, que gerou alta expectativa na cidadania e imensa preocupação nos setores conservadores, foi favorecido pela incompreensão dos tradicionais partidos políticos progressistas, os quais contam com um apoio inferior a 2%, segundo as pesquisas.

O mesmo Chile que, durante a ditadura, foi o berço do neoliberalismo extremo, tem demonstrado que pode ser seu túmulo. De forma democrática e reconhecendo que a mudança se concretiza a partir de uma eclosão social de enorme magnitude, pode também transformar o Chile em um país de maior justiça social.

*\*Florencio Valenzuela Cortés é secretário executivo de La Federación Nacional de Sindicatos de Colegios Particulares (que representa professores da rede privada no Chile) e coordenador do Movimiento Independientes No Neutrales, um dos coletivos que elegeram 11 constituintes.*



Foto: Marcelo Menna Barreto/Arquivo Extra Classe

**MAIS RENDA PARA VOCÊ VIVER BEM O SEU FUTURO.**

**INGRESSE AGORA (51) 99335. 2387**

[www.sinprorsprevidencia.com.br](http://www.sinprorsprevidencia.com.br)

INSTITUIDOR  
**SINPRO/RS**  
Sindicato Cidadão

GESTOR DO PLANO  
FUNDAÇÃO  
**FAMÍLIA**  
PREVIDÊNCIA



# A China contemporânea em dez tópicos

por Janaína Câmara da Silveira e Thiago Copetti\*

*A milenar China sempre foi uma nação emblemática e pouco conhecida da maioria dos brasileiros, salvo alguns clichês. O gigante asiático, no entanto, se tornou um dos principais motores da economia mundial nos anos 2000 e é o maior parceiro comercial do Brasil, que nem por isso mantém um relacionamento político amigável com aquele país nos dois últimos anos, especialmente.*

*As críticas do presidente Jair Bolsonaro e seus apoiadores aos chineses, iniciadas ainda durante a campanha presidencial em 2018, se acentuaram com o avanço do coronavírus, identificado pela primeira vez em Wuhan, em 2019. Cresceu, também, o xenofobismo, assim como a relevância econômica do país asiático como grande comprador de alimentos do Brasil.*

*Com 5 mil anos de história, a China ainda precisa ser descortinada aos olhos dos brasileiros. Explicar em poucas páginas uma trajetória tão longa seria impossível, mas nesta reportagem apresentamos dez tópicos que podem ajudar a compreender um pouco melhor do que é a China contemporânea.*

*\*Janaína Câmara da Silveira morou na China de 2007 a 2013, atuando na Xinhua e é fundadora do projeto Radar China, dedicado a analisar as relações sino-brasileiras. Thiago Copetti é jornalista especializado em economia, bacharel em Relações Internacionais e morou em Pequim entre maio e novembro de 2018, como correspondente do Jornal do Comércio.*



Foto: Janaína Câmara da Silveira

## QUAL É O SISTEMA POLÍTICO-ECONÔMICO CHINÊS?

Quem governa a China desde 1949 é o Partido Comunista Chinês (PCC), mas o próprio governo não identifica mais o país, e o sistema, como comunista desde a virada dos anos 1970/80. O PCC define o sistema vigente hoje como "socialismo com características chinesas". Há quem diga que a melhor definição seria "socialismo de mercado". Comunista, definitivamente, não é.

Esse país asiático tem uma extensa lista de bilionários e consome avidamente produtos de luxo. Mas também não é capitalista, já que o poder de decisão do governo sobre a vida das empresas, e até mesmo da população, é amplo. É mais fácil entender o sistema chinês como algo híbrido e único.

Há alguns marcos na transição do comunismo para esse modelo híbrido. A transformação mais marcante começou no final dos anos 1970, com a chamada grande reforma e abertura do país, que, pouco a pouco, se aproximou do Ocidente e do capitalismo. Curiosamente, foi em 1974 que a China firmou relações diplomáticas com o Brasil, ainda durante a ditadura militar brasileira.

O processo de reforma e abertura teve como timoneiro Deng Xiaoping, em 1978. Foi quando a China começou a criar Zonas Econômicas Especiais (ZEE), como em Shenzhen, onde nasceram as bases da industrialização chinesa – antes eminentemente agrícola e centrada no mercado interno. A mais famosa ZEE é Shanghai, centro financeiro do país e onde centenas de multinacionais foram estimuladas a se instalar, assim como os incipientes empreendedores chineses na época.

Essa mudança se consolidou em 2001, quando aquele país ingressou na Organização Mundial do Comércio (OMC). Atualmente, é a segunda maior economia do mundo, atrás dos Estados Unidos, de quem deverá estar à frente em 2050, segundo diferentes projeções.

## MAIOR PARCEIRO COMERCIAL DO BRASIL DESDE 2009

Há mais de uma década, mais precisamente desde 2009, a China se tornou o principal parceiro comercial do Brasil. A nação asiática mantém com o nosso país uma relação tanto de grande comprador, especialmente de soja, minério de ferro e petróleo, quanto investidor – principalmente nos setores elétrico, de infraestrutura e tecnologia.

A China ultrapassou os EUA na relação comercial com o Brasil após a crise global gerada pelo estouro da bolha imobiliária norte-americana, em 2008. O Brasil é, há três anos, o maior fornecedor de alimentos para o gigante asiático. Porém, não é apenas no comércio que a relação vem se expandindo. Nosso país se tornou o quinto maior destino internacional dos investimentos chineses. Cerca de 50% dos ativos internacionais da State Grid, maior empresa chinesa do setor de energia, estão hoje em território brasileiro, de acordo com Cláudia Trevisan, diretora-executiva do Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC).

A diretora do CEBC ressalta, ainda, que empresas do segmento de tecnologia vêm se destacando em investimentos no Brasil na área de TI, como a Tencet comprando ativos do Nubank e da Didi adquirindo a 99, concorrente da norte-americana Uber.

"A pauta ainda é concentrada, mas emergem outros produtos, como as exportações de celulose e proteína animal", acrescenta Cláudia.

O desafio brasileiro é exportar para China produtos de maior valor agregado, já que a pauta ainda é demasiadamente focada nos embarques de soja, por exemplo, especialmente no Rio Grande do Sul. Em 2020, a China se tornou o primeiro parceiro comercial a superar a marca de US\$ 100 bilhões em transações comerciais com o Brasil (importações + exportações). No período, o nosso país vendeu US\$ 67,7 bilhões aos chineses. Para efeito de comparação, os Estados Unidos, segundo maior destino, não alcançaram R\$ 30 bilhões.

## O PESO DA EDUCAÇÃO

Boa parte do que a China é hoje, em termos de desenvolvimento, tecnologia e redução da pobreza, é fruto de um dos grandes gargalos brasileiros: investimento em educação. De acordo com dados compilados pelo Portal IndexMundi, a taxa de alfabetização naquele país aumentou

de 81,5% da população em 1995, para 96,8% em 2018. No mesmo período, o Brasil passou de um percentual de 83,3% para 93,2%.

A China também é alta consumidora de cultura. Os chineses ocupam, em média, oito horas semanais com a leitura de livros e consomem, em média, 4,56 livros ao ano *per capita*, conforme estudo *Frequency of reading books in selected countries worldwide*, com dados de 2017. O levantamento aponta que 36% dos chineses leem livros todos os dias ou a maior parte dos dias, e 34% ao menos uma vez na semana. No Brasil, o mesmo estudo indica que os leitores diários somam 26%, e 18%, semanalmente.

Outro indicador relevante e que mostra o apetite chinês por livros é o crescimento do número de livrarias físicas. Conforme a Associação de Distribuidores de Livros e Periódicos, o país fechou 2018 com 225 mil livrarias (ante 215 mil do ano anterior). O faturamento teve alta de 5,9%, encerrando 2018 com 370,4 bilhões de yuans (cerca de US\$ 54,7 bilhões). Os números foram apresentados na Conferência Nacional de Livrarias, realizada em 2019. A China é referência citada pelo Banco Mundial por ter sido o primeiro país a destinar um empréstimo da instituição para melhorar a educação.

Coordenador do núcleo de estratégia de Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs), Paulo Visentini recomenda o filme *O Caminho para a Casa*, do diretor Zhang Yimou, o qual narra as descobertas do filho que volta para sua aldeia para enterrar o pai, professor.

"As pessoas se deslocam de diferentes regiões para o enterro. Esta parte do filme mostra muito sobre a admiração e o respeito dos chineses pelos professores", conta Visentini.

## OS MOVIMENTOS SEPARATISTAS

A China empreende um enorme esforço para preservar a unidade nacional, inclusive adotando o slogan "Um País, dois sistemas". O slogan remete às regras diferenciadas em termos políticos e econômicos, por exemplo, para Taiwan, e Hong Kong, que até 1997 ainda estava sob domínio inglês.

Basicamente, Taiwan foi onde se refugiaram os líderes e defensores do chamado Kuomintang quando o Partido Comunista tomou o poder, após cerca de dez anos de revolução civil. Durante muito tempo, existiram "duas Chinas", a República Popular da China (onde vivem 1,4 bilhão de pessoas) e a antiga República da China (Taiwan, onde vivem cerca de 20 milhões).

Em 1971, a Organização das Nações Unidas reconheceu como nação apenas o território comandado pelo Partido Comunista, com aval das grandes nações, incluindo os Estados Unidos. Poucos países, menos de 20, ainda reconhecem Taiwan como uma nação. Na América do Sul, o Paraguai é o único a manter relações diplomáticas separadamente com Taiwan.

Hong Kong, onde moradores fizeram centenas de protestos entre 2019 e 2020, também vive uma situação diferenciada. O PCC admite liberdades na ilha, mas sinaliza que ali poderia haver uma democracia nos moldes ocidentais, ainda que existam eleições em uma lista prévia de nomes.

Visentini ressalta que a democracia naquele território nunca foi implantada nem mesmo pela Grã-Bretanha em mais de um século de dominação.



Foto: Thiago Copetti

Alto investimento em educação, além do desenvolvimento econômico, fez do país um grande consumidor de livros e de bens culturais

## OS PROTESTOS E AS MORTES NA PRAÇA DA PAZ CELESTIAL

Um assunto ainda tabu dentro da China, especialmente por parte do governo e mesmo entre os cidadãos, é o que o Ocidente chama de massacre da Praça da Paz Celestial, em 1989. A China chama de "incidente". No local, centenas de manifestantes se aglomeraram durante dias pedindo maior abertura, além da econômica.

Como os jovens não deixavam o local, o governo enviou tropas para dispersar os manifestantes, culminando com a famosa imagem de um jovem tentando impedir o avanço de um tanque. O número de pessoas mortas durante a repressão ainda é incerto.

Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs), Paulo Visentini pondera que os mesmos países que defendem a democracia na China aceitam ditaduras no Oriente Médio, fornecedores de petróleo, sem a mesma ênfase crítica.

## O AVANÇO DA CLASSE MÉDIA

Em dezembro de 2020, a China celebrou a eliminação da pobreza extrema, consolidando a retirada de cem milhões de pessoas em oito anos desta condição. Nada trivial: segundo o Banco Mundial, a cada 100 pessoas que saíram da pobreza no mundo, 70 foram na China. Desde 1978, foram 800 milhões de chineses, de acordo com o banco.

"Foi a maior e mais rápida redução da pobreza em nível mundial, de um país que vai subindo as cadeias globais de valor e sai do que se chama de chão de fábrica. Assim, a China passa por um processo de transformação sustentada", indicou a professora do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) Isabela Nogueira, ao canal Radar China.

A mudança estrutural explica também o surgimento da classe média no país, que, segundo o diretor-geral do Instituto de Pesquisa Internacional da Comissão Nacional de Reforma e Desenvolvimento da China, Ye Fujin, soma 600 milhões de pessoas, em um universo de 1,411 bilhão. É um país com mais poder de compra, consumo e que foca também em uma economia de serviços e de turismo interno. Em 2008, ante a crise financeira global, o país asiático passou a priorizar o seu mercado interno, com políticas como de aumento salarial.



Casal de classe média no bairro de Sanlitun, em Beijing



Informações consideradas não sensíveis, como cultura, moda e tecnologia, circulam livremente pela agência Xinhua

## CHINA HIGH-TECH

Em maio deste ano, a China pousou em Marte o robô Ruzhong, parte de seu ambicioso programa espacial. Em 2019, o país foi o primeiro a pousar no lado escuro da lua. A escalada tecnológica chinesa tem raiz em 2006, quando o país lançou o Plano de Desenvolvimento de Médio e Longo Prazo, o qual fomentou o desenvolvimento de tecnologia nativa e o desejo de menos dependência de outros países.

A estratégia *Made in China 2025*, anunciada em 2015, incentiva indústrias a conquistarem excelência em 10 setores de manufatura avançada: tecnologia de informação e inteligência artificial; robótica; aeroespacia e equipamentos; tecnologia naval; trens de alta velocidade; veículos e equipamentos movidos a novas energias; geração de energia, biofármacos e produtos médicos e implementos agrícolas.

Não é à toa que hoje vemos a chinesa Huawei como uma das três empresas no mundo capazes de fornecer equipamento para a rede de telecomunicação 5G, ao lado de Ericson e Nokia. Entretanto, há também deficiências. A área de telecomunicação depende de semicondutores vindos de outros países, calcanhar de Aquiles da estratégia de upgrade tecnológico chinês.

## FINANCIAMENTO VERDE

Na divisa com Shanghai, a província de Zhejiang é modelo nacional no desenvolvimento coordenado entre áreas urbanas e rurais, projeto iniciado na década passada, antes do boom da economia digital que caracteriza a região.

A proposta deu tão certo que, em 2012, o país lançou o conceito de "China Linda", com iniciativas para desenvolver uma Civilização Ecológica até 2035. E tudo passa por mudar a matriz energética chinesa, hoje 56,8% dependente do carvão, segundo dados oficiais. O pico do consumo do mineral foi em 1990, quando representou 76,2% da matriz energética.

O país é líder global em energia limpa, embora isso signifique cerca de 16% de sua matriz energética. Em 2025, quando se encerra o 14º Plano Quinquenal da China, instrumento utilizado desde 1953 para guiar a governança nacional e cuja última edição é de março, o gigante asiático quer que energias renováveis representem em cerca de 20% da matriz. A meta integra o plano de descarbonizar a economia até 2060.

Uma das apostas é na mobilidade. Conforme o diretor de Marketing, Sustentabilidade e Novos Negócios da BYD, que tem fábrica no Brasil, a cidade chinesa de Shenzhen, com cerca de 13 milhões de habitantes, foi a primeira no mundo a implantar frota de ônibus 100% elétrica, em um projeto de 2012 a 2017. Dos 600 mil ônibus elétricos em circulação no planeta, mais de 580 mil estão na China. A América Latina tem 2 mil.

Agora, a preservação da biodiversidade aparece como nova marca no



agronegócio chinês e de futuros investimentos fora do país, inclusive o Brasil. Chefe do Núcleo China do Ministério da Agricultura, Larissa Wachholz avalia que a postura chinesa terá reflexos positivos na produção brasileira. Mais do que nunca, os consumidores chineses querem alimento seguro e produzido em ambiente livre de poluição, o que o nosso país oferece.

“Brasil e China têm na agricultura sustentável objetivos semelhantes, como produzir alimentos com menor impacto ao ambiente”, afirma Wachholz, que diz que, com esses avanços, o Brasil poderá atrair volumosos créditos de finanças verdes vindos da China.

## A IMPRENSA NA CHINA

A China tem uma imprensa controlada, em que o fluxo de informações obedece a regras locais. Uma grande agência de notícias, a Xinhua, é a guardiã das mensagens oficiais. No entanto, não se resume a isso e aposta em reportagens dentro e fora de casa, com mais de 180 escritórios no mundo. Outro gigante estatal chinês é o Grupo de Mídia da China, que abarca rádio e televisão.

Presentes em toda a China, e também fora do país, inclusive com produção em diversos idiomas, até o português, estes não são a única fonte de informação dos chineses. Há diversos veículos privados na China, sejam estes de mídias tradicionais ou online, incluindo títulos internacionais consagrados, caso de Elle e Marie Claire, por exemplo.

Via de regra, pode-se dizer que informações consideradas não sensíveis circulam livremente na China. Já as sensíveis (como acidentes que causam

comoção nacional e incidentes políticos) são canceladas pela Xinhua – e os veículos que quiserem cobrir determinados temas devem seguir o padrão oficial. Outras informações simplesmente não são cobertas.

## SINDICALISMO DE BEM-ESTAR SOCIAL

A China tem todos os seus sindicatos reunidos sob a Federação dos Sindicatos do país, ou *All of China Federation of Trade Unions (ACFTU)*, uma organização com 300 milhões de afiliados no país e que tem ligações tanto com os trabalhadores quanto com empregadores, partido e governo.

Ainda que seja permitido que qualquer trabalhador ou coletivo lance um sindicato, este tem de ser afiliado à ACFTU. Na China, o sindicato é considerado uma organização de massas e serve como mecanismo para mediação e promoção de bem-estar social de determinado grupo, oferecendo cursos de aperfeiçoamento aos afiliados, realizando trabalhos de alívio da pobreza ou de busca de emprego. Em março deste ano, representantes da ACFTU no Brasil doaram US\$ 300 mil a centrais sindicais brasileiras para o combate à covid-19.

Na China, há críticas em relação à atuação dos sindicatos, muito mais voltados a apaziguar relações do que nas demandas dos trabalhadores. Estes, apesar de não terem direito à greve assegurado pela Constituição chinesa desde 1982, podem fazer manifestação – a maior parte das vezes por aumento dos salários. A China reformulou a lei trabalhista em 2008, com reforma já em 2013, garantindo direitos como licenças e férias, entre outros.

Foto: Thiago Copetti



O PCC define o sistema vigente hoje como “socialismo com características chinesas”, também chamado de socialismo de mercado

Foto: Janaina Câmara da Silveira



Mais de 300 milhões de trabalhadores chineses são afiliados aos sindicatos que integram a ACFTU

D3

 Espaço do Professor

## AGORA VOCÊ TEM UM ESPAÇO SÓ SEU NO SITE DO SINPRO/RS

Com seu login e senha, você entra num espaço virtual restrito com informações e serviços de seu interesse. No Espaço do Professor, você consulta a posição de ações trabalhistas, verifica as comunicações enviadas para você, atualiza boletos e cadastro, tem informações personalizadas sobre seu plano de saúde, além de aproveitar ferramentas como banco de currículos, Calcule seu Salário e muito mais.



# Professores aprovam propostas para quatro Convenções Coletivas de Trabalho

*Dois dos documentos regulamentam salário e condições de trabalho dos professores da educação básica e dois da educação superior. Negociações entre os sindicatos se iniciaram em março, data-base desses segmentos, e garantiram a reposição da inflação aos salários, bem como a manutenção dos demais direitos*

por Valéria Ochôa

Os professores da educação básica e da educação superior do ensino privado aprovaram em assembleias as respectivas propostas para as Convenções Coletivas de Trabalho (CCT) que, junto com a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), regulamentarão o salário e as condições de trabalho desses segmentos da categoria em 2021. Com a aprovação, os sindicatos encerram as tratativas iniciadas em março.

Duas das propostas foram negociadas pelo Sindicato dos Professores do Ensino Privado do Rio Grande do Sul (Sinpro/RS) com o Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino Privado (Sinepe/RS), uma para a educação básica e outra para a educação superior. Para as CCT dos professores da educação básica e superior que atuam nas instituições comunitárias de ensino, as tratativas foram com o Sindicato das Mantenedoras das Instituições Comunitárias de Educação Superior (Sindiman). As quatro assembleias foram realizadas de forma virtual.

**SINEPE/RS** – Em assembleia no dia 19 de maio, os professores da educação básica aprovaram a reposição da inflação de 6,22% (INPC) aos salários em duas parcelas (junho e novembro) e a regulamentação do trabalho remoto, utilizado regularmente durante a pandemia. Todos os demais direitos da CCT de 2020 foram mantidos. A proposta para acordo foi aprovada por 95,9% dos professores que participaram da assembleia.

“As negociações foram muito tensas e complexas. As escolas queriam cortar custos, porque houve perda do poder aquisitivo das famílias, com o conseqüente cancelamento de matrículas dos filhos e reajuste das mensalidades das escolas abaixo da inflação”, observa a professora Cecília Farias, diretora do Sinpro/RS. “Os professores reconheceram o empenho



Foto: Igor Sperotto

A partir de mediação na Justiça, Sinpro/RS e Sinepe elaboraram um termo de compromisso para favorecer um ambiente de segurança a professores e escolas neste momento pandêmico

do Sinpro/RS em manter o patrimônio de direitos da categoria.”

Já a assembleia dos professores que atuam nas instituições de educação superior representadas pelo Sinepe/RS ocorreu na manhã do dia 29 de maio. A proposta, aprovada por 89,2% dos professores, estabelece a reposição da inflação em quatro parcelas a partir de agosto deste ano e flexibiliza o adicional por tempo de serviço para o próximo período, reduzindo o teto para 16 anos.

**SINDIMAN** – A assembleia dos professores que atuam nas Instituições Comunitárias de Educação Superior (Ices) foi realizada no dia 1º de junho. A proposta para acordo, aprovada por 69,3% dos participantes, estabelece a reposição parcelada da inflação (6,22% pelo INPC) a partir de junho, a limitação do adicional por tempo de serviço em 16% e suspende por três anos o adicional por aprimoramento aos que obtiverem a titulação de mestre e doutor a partir de setembro.

A assembleia dos professores que atuam nas instituições de educação básica, vinculadas ao Sindiman, aconteceu no dia 2 de junho e aprovou por unanimidade a proposta para acordo, o qual contempla o parcelamento da reposição da inflação de 6,22% (INPC) nos meses de junho e julho deste ano e em janeiro de 2022.

“As negociações com o Sindiman foram ainda mais complexas porque as universidades, especialmente as comunitárias, têm um custo operacional mais elevado em função das exigências de pesquisa e a existência de planos de carreira docente em todas elas”, explica Marcos Fuhr, diretor do Sinpro/RS.

Segundo ele, as CCTs estão sendo formalizadas. O Sinpro/RS disponibilizará a íntegra nos documentos no site ([www.sinpro.rs.org.br](http://www.sinpro.rs.org.br))

## COVID 19

### Sinpro/RS e Sinepe negociam termo de compromisso

Por encaminhamento da audiência de mediação, realizada pelo Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania de Porto Alegre (Cejus-POA) com os representantes das entidades envolvidas no conflito da retomada das aulas presenciais no Rio Grande do Sul, no dia 19 de maio, o Sindi-

cato dos Professores e o sindicato patronal (Sinepe/RS) elaboraram, de forma conjunta, um termo de compromisso para favorecer um ambiente de segurança a professores e escolas neste momento pandêmico.

A proposta é orientar escolas e professores a adotarem todas as

medidas de prevenção e contenção à covid-19 nos ambientes escolares, com a rápida informação aos órgãos competentes de casos de suspeita ou comprovação de pessoas infectadas, bem como seu afastamento.

“Trata-se de mais uma frente, desta vez com a mediação da Justi-

ça, para garantir a preservação da saúde da comunidade escolar em relação à pandemia”, expõe Cecília Farias, diretora do Sinpro/RS. “A vacinação dos professores não libera dos cuidados necessários. A pandemia continua com números muito expressivos de infecção e mortes.”

# A segunda onda mercantilista da UniRitter

por Gilson Camargo

No dia 9 de novembro de 2010, o Centro Universitário UniRitter deixou de ser uma instituição filantrópica para ter fins lucrativos ao ser incorporado pela Laureate International Universities, com sede nos EUA, e que possui uma rede com mais de 50 universidades, em 24 países e 600 mil alunos. O diretor da *network* no Brasil, Luis Lopez, afirmou, à época, que a ideia do grupo era duplicar ou até triplicar o número de alunos da rede no país, que naquele momento já somava 110 mil estudantes. Os investidores injetaram R\$ 50 milhões para expansão e criação de novos cursos, aquisição de equipamentos para laboratórios, reforço dos cursos já existentes e ampliação para modalidades de pós-graduação.

No calor da transação, o então reitor Flávio D'Almeida Reis afirmava que não se tratava de uma venda, mas de uma "aliança estratégica" para expandir a instituição e transformá-la em universidade nos anos seguintes. O centro universitário já havia aprendido mui-

tas lições com uma tentativa fracassada de negócio com o Grupo Anhanguera dois anos antes e assegurou que não haveria mudanças na contratualidade dos professores e nem no perfil da instituição.

Passados 11 anos, poucas dessas previsões viraram realidade. Ao contrário, a instituição encolheu, perdeu alunos, rebaixou a qualidade do ensino ofertado e demitiu em massa. No final do ano letivo de 2013, depois de anunciar o fechamento do seu campus voltado exclusivamente à pós-graduação, a UniRitter demitiu 127 professores e a reitora e a pró-reitora acadêmica.

Em março do ano passado, a Associação dos ex-Docentes da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (ADFaupa) formalizou denúncia ao Ministério Público Federal (MPF) sobre o descumprimento da LDBen, de dispositivos constitucionais e da legislação trabalhista pela Laureate. A denúncia ressalta que, "após mais de 40 anos dedicados à excelência no ensino da Arquitetura no Sul", a Faculdade de Arquitetura

Foto: René Cabral/Arquivo Extra Classe



Em setembro de 2008, quando a UniRitter estava prestes a ser negociado com o Grupo Anhanguera, sindicatos, professores e estudantes protestaram contra a venda e a transação foi interrompida

e Urbanismo da UniRitter assistiu, a partir de 2011, ao desmonte de uma das melhores experiências de ensino do Brasil. "Com a venda da instituição, iniciou-se um progressivo processo de destruição que culminou, em 2017, com a demissão em massa dos tradicionais professores do Centro Universitário Ritter dos Reis."

No mercado de educação, no

entanto, o complexo UniRitter nunca esteve tão valorizado. Em uma transação que começou em 2018, dois gigantes do setor, a Ser Educacional e o grupo Ânima, empreenderam uma batalha judicial pelo direito de aquisição de um lote de instituições colocadas à venda pela Laureate em todo o país, incluindo a UniRitter e a Fadergs no RS, por quase R\$ 4,5 bilhões.

## Redução de direitos



Foto: Igor Sperotto/Arquivo Extra Classe

Em coletiva de imprensa, em 2010, executivo da Laureate prometia manter características, padrão de qualidade e expandir cursos e matrículas

O diretor do Sinpro/RS Amarildo Cenci, que acompanha a instituição nas últimas décadas, considera que a UniRitter tinha os melhores cursos de instituição privada do Brasil antes da Laureate. "Todos os antigos professores com mestrado e doutorado que lecionavam na instituição por mais de 20 anos foram demitidos", ilustra.

A prática de rotatividade que excluiu professores experientes e com formação do quadro docente, a alteração unilateral do plano de carreira negociado com o Sindicato, a redução da carga horária sem a proporcional diminuição do número de estudantes por turmas, distorções na forma de remuneração de professores, dano moral, e outros, enumera o dirigente, são parte dos proble-

mas enfrentados pelos professores na instituição.

"As demandas sob a Laureate eram gigantescas e não devem ser resolvidas agora com a aquisição pelo grupo Ânima, pois a lógica mercantilista é a mesma. Entregam uma instituição com uma grande redução de direitos e qualidade da educação e que está se ajustando a esse novo mercado", avalia Cenci.

Ao menos, quatro ações trabalhistas estão em curso em relação a essas questões, a principal delas trata da redução de 25% da carga horária nos turnos de trabalho e outra mais recente sobre a forma de remuneração de professores que tiveram sua função convertida em coordenação, uma artimanha para pagar menos.

## Transação bilionária

A negociação foi concluída no início de maio deste ano entre a Laureate e a *holding* mineira Ânima, que arrematou os ativos da Laureate por R\$ 4,423 bilhões. Com a incorporação, a empresa projeta receita líquida de R\$ 3 bilhões por ano. No primeiro trimestre deste ano, a Ânima teve um faturamento líquido de R\$ 416 mi-

lhões, crescimento de 22,8%.

O comunicado da empresa sobre a transação não informou o valor pago pela marca UniRitter e pela Fadergs. "A Ânima Educação anunciou, no último dia 13 de maio, a fusão com os ativos brasileiros do grupo norte-americano Laureate. Com a integração, a companhia se tornará a mais re-

levante no ecossistema de educação de qualidade do país. Juntas, as empresas reunirão uma comunidade de aprendizado de mais de 350 mil pessoas, formada por mais de 330 mil estudantes e 18 mil educadores, distribuídos em 16 instituições de ensino superior, além de oito marcas que são referências em suas áreas de atuação

e o Instituto Ânima", informa.

Foram contratadas duas empresas de consultoria e um Escritório de Planejamento de Integração (EPI) para elaborar o plano estratégico para os diferentes públicos. O grupo não informou se esse plano prevê demissões. "Neste momento, é prematuro falar sobre reestruturações."

### Ainda precisamos de sindicatos em 2021?

Esse é o título do próximo Sinpro/RS Debate, que será realizado em dois painéis, respectivamente, nos dias 14 e 16 de junho, às 17h30, no canal do Sinpro/RS no Youtube.

Na primeira live, na segunda-feira, 14 de junho, *O sindicalismo no mundo contemporâneo*, a pesquisa-

dora Larissa Corrêa, da PUC-RIO, especialista em movimentos sociais e mundo do trabalho, e Antônio Lisboa, representante dos trabalhadores no Conselho de Administração da OIT, apresentarão um panorama do sindicalismo em diversos países e como as organizações sindicais têm dado respostas às demandas

dos trabalhadores na contemporaneidade.

Na quarta-feira, 19, o tema é *Desafios do sindicalismo no Brasil pós-reformas*. Para discutir o assunto, os convidados são: Marilane Teixeira, economista e pesquisadora do Cesit/IE-Unicamp; Clemente Ganz Lucio, sociólogo,

assessor técnico das centrais sindicais, professor e ex-diretor técnico do Dieese; e Artur Henrique da Silva Santos, economista, ex-presidente da CUT e diretor da Fundação Perseu Abramo.

Os debates permanecerão disponíveis aos interessados no canal do Sinpro/RS no Youtube.

### SINDICALIZAÇÃO

#### Campanha chega à sua fase final

Lançada em fevereiro e com previsão de encerramento no próximo dia 31 de agosto, a ação tem como meta associar mais 1,4 mil professores ao Sindicato.

Criada pela agência de comunicação D3, a campanha de 2021 tem como mote a frase **"Você usa, você precisa"**. Nela, são apresentadas situações em que os professores precisaram e puderam usar os serviços do Sindicato, como atendimento jurídico especializado, apoio em situações específicas ou de grupos dentro das instituições de ensino, assim como momentos em que se beneficiaram coletivamente do resultado da ação do Sinpro/RS, como as Condições Coletivas de Trabalho, negociadas anualmente pela entidade com os sindicatos patronais, acordos firmados com as instituições, entre outros.

**PREMIAÇÃO** – Para ampliar o engajamento dos professores, o Sindicato retomou um tipo de ação já realizada em outros anos: a bonificação dos associados que sindicalizaram colegas. Ao sindicalizar cinco colegas, o associado terá direito a uma pasta executiva de couro para notebook. Os que associarem oito novos docentes ganharão um celular Motorola One Vision. Já aqueles que sindicalizarem 12 ganharão um notebook Dell.

O regulamento da ação e mais detalhes da campanha de sindicalização podem ser acessados no site do Sindicato.

#### Professores terão área exclusiva no site do Sinpro/RS

O Sinpro/RS lançará neste mês de junho o Espaço do Professor em seu site ([www.sinpro.rs.org.br](http://www.sinpro.rs.org.br)). Trata-se de uma área restrita exclusiva para os professores do ensino privado acessarem seu cadastro no Sindicato, com a possibilidade de atualização direta dos contatos e a inclusão de dependentes, assim como acesso a boletos para pagamento dos planos de saúde, às ações judiciais em andamento e às comunicações enviadas pelo Sindicato.

**SERVIÇOS EXCLUSIVOS** – Estará disponível ainda no Espaço do Professor a lista de e-mails enviados pelo Sinpro/RS, com informações sobre negociação salarial, acordos firmados com as instituições, consultas aos professores e votações específicas, bem como serviços especiais.

**ACESSO** – Para ter acesso ao espaço, os docentes deverão preencher um cadastro no site ([www.sinpro.rs.org.br](http://www.sinpro.rs.org.br)), criando login e senha, de forma a garantir a segurança de suas informações.

#### APOSENTADORIA

por Daisson Portanova  
Advogado da Apaepers



#### STF e a revisão da vida toda

Muitos são os debates que se travam em matéria previdenciária. Esta matéria, a revisão da vida toda, é uma das tantas ações que Sinpro/RS e Apaepers já tomaram a frente em ajuizá-la na defesa do coletivo de trabalhadores e aposentados que representam.

É importante que os professores estejam atentos, pois o Supremo Tribunal Federal (STF) deverá julgar, em Repercussão Geral, este dissídio, cuja expectativa é para o mês de junho.

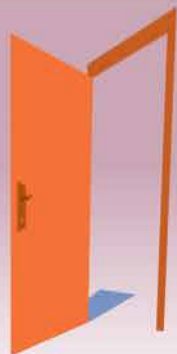
Para que se tenha ideia geral da tese, é importante saber que até a Emenda Constitucional 103/19 as aposentadorias eram calculadas pela média de 80% dos maiores salários apurados a contar de julho de 1994.

Entretanto, muitos trabalhadores exerceram atividades anteriores e contribuíram para a previdência antes mesmo de julho de 1994 e, não raro, podendo fruir remuneração mais abastada, salários esses que foram desconsiderados no caso concreto.

A tese está em questionar o marco temporal fixado em julho de 1994 no tocante à utilização dos salários e à apuração da renda do benefício. Há certa contradição, quanto mais quando se fala em critério atuarial e repercussão contributiva no benefício, pois, acaso o trabalhador angariasse salários melhores no tempo pretérito ao marco, certamente estaria sendo prejudicado na denominação referente à contrapartida do benefício.

Assim, nos exemplos infinitos de cálculos por amostragem, verifica-se uma leva substancial de pessoas já em fruição de benefício que, acaso tivessem como base de cálculo todos os salários desde a primeira contribuição, resultaria em uma contrapartida, ou seja, em uma renda mensal de benefício melhor que a concedida pelo INSS.

Nem todos serão beneficiados, pois há limites de tempo para fins de revisão; entretanto, se vencida a tese, será uma salvaguarda na busca da preservação do valor real e da proteção de uma condição mais justa aos beneficiários do INSS.



### Em tempos de constrangimento aos professores, nos tornamos ainda mais necessários. Infelizmente!

O NAP é uma equipe multidisciplinar, formada por diretores do Sinpro/RS, advogados e psicólogos, com o objetivo de amparar os professores vítimas de constrangimento e violência no ambiente educacional. Se você está passando por isso, não prolongue seu sofrimento pensando que esta situação só acontece com você. As circunstâncias de violência são mais frequentes do que você imagina. Procure imediatamente o Sinpro/RS e acione o NAP.



## Sinpro/RS disponibiliza o Canal Covid-19 com foco no ensino privado

O Sinpro/RS lançou no início de junho o Canal Covid-19. O serviço, disponível no site do Sindicato ([www.sinprors.org.br](http://www.sinprors.org.br)), é acessível a todos os professores do ensino privado do estado e representa uma contribuição para a prevenção e a contenção da infecção da covid-19 nos ambientes escolares e acadêmicos.



O Canal Covid-19 reúne, de forma sintética, todas as orientações gerais de implementação dos protocolos de segurança pelas instituições de ensino, as orientações em relação aos espaços físicos e circulação social, além das medidas preventivas e as ações que devem ser realizadas em caso de suspeita ou confirmação da covid-19.

“Desde o início da pandemia, o Sinpro/RS defende, com ações nas esferas municipais, estadual e federal, além da judiciária, a vacinação dos professores e demais trabalhadores da educação de modo que as atividades presenciais fossem retomadas de forma mais segura”, relata a professora Cecília Farias, diretora do Sinpro/RS. “Porém, a vacinação somente começa a acontecer agora e ainda em um ritmo que não é ideal”.

Ela destaca que, considerando que não houve uma redução expressiva nos indicadores da pandemia e que as atividades letivas presenciais foram retomadas por imposição do governo do estado, o Sindicato tem se voltado, além de garantir a vacinação, também para a prevenção da saúde dos professores no trabalho presencial.

“As vacinas não têm 100% de eficácia, sem falar nas cepas que vão surgindo”, observa a professora. “É fundamental manter todos os protocolos de segurança”.

**INFORMAÇÃO E DENÚNCIA** – “Recebemos várias manifestações de professores inseguros quanto à forma correta de encaminhamento, por exemplo, em casos de suspeita de infecção ou mesmo quando a infecção foi confirmada”, relata Erlon Schüller, diretor do Sinpro/RS. “Também, há confusão em relação à aplicação regular das próprias medidas. Por isso, reunimos em um espaço só as principais informações”.

O Canal Covid-19 também conta com formulário específico para os professores e demais integrantes da comunidade escolar/acadêmica informarem o Sindicato os casos de descumprimentos dos protocolos. “Assim, podemos tomar as devidas providências”, explica.

## PROFESSORES SOLIDÁRIOS

### Campanha continua recebendo doações

A campanha Professores Solidários segue recebendo doações para professores e comunidades carentes, afetados pelos efeitos econômicos da pandemia de covid-19. Neste ano, foram entregues mais de cem cestas básicas em todo o estado, além de auxílio com cobertores e alimentos a pessoas em situação de rua.

“Cresce a demanda por alimento, principalmente nas periferias das maiores cidades gaúchas”, afirma o professor Celso Stefanoski, diretor do Sindicato. No ano passado, com as doações da categoria, foi entregue mais 1,5 tonelada de alimentos.

**COMO DOAR** – As contribuições podem ser feitas por PIX ou depósito e transferência bancária com os dados a seguir:

Banrisul (041), agência: 0100, conta corrente: 06.253.0242-2, CNPJ Sinpro/RS 92.948.389/0001-10; ou pagamentos por PIX com a chave 51 99733-7506.

## Treino online veio para ficar!

### MEXA-SE, FAZ BEM!

Não importa como, não importa onde você pratique, é incontestável que a atividade física faz bem.

Prevenção e manutenção da saúde, grande aliada no tratamento da depressão e ansiedade, auxilia na perda do peso corporal, qualifica o sono, deixa o seu humor acima da média e ainda melhora a libido. Fora isso, você fica forte, resistente e com a imunidade aumentada.

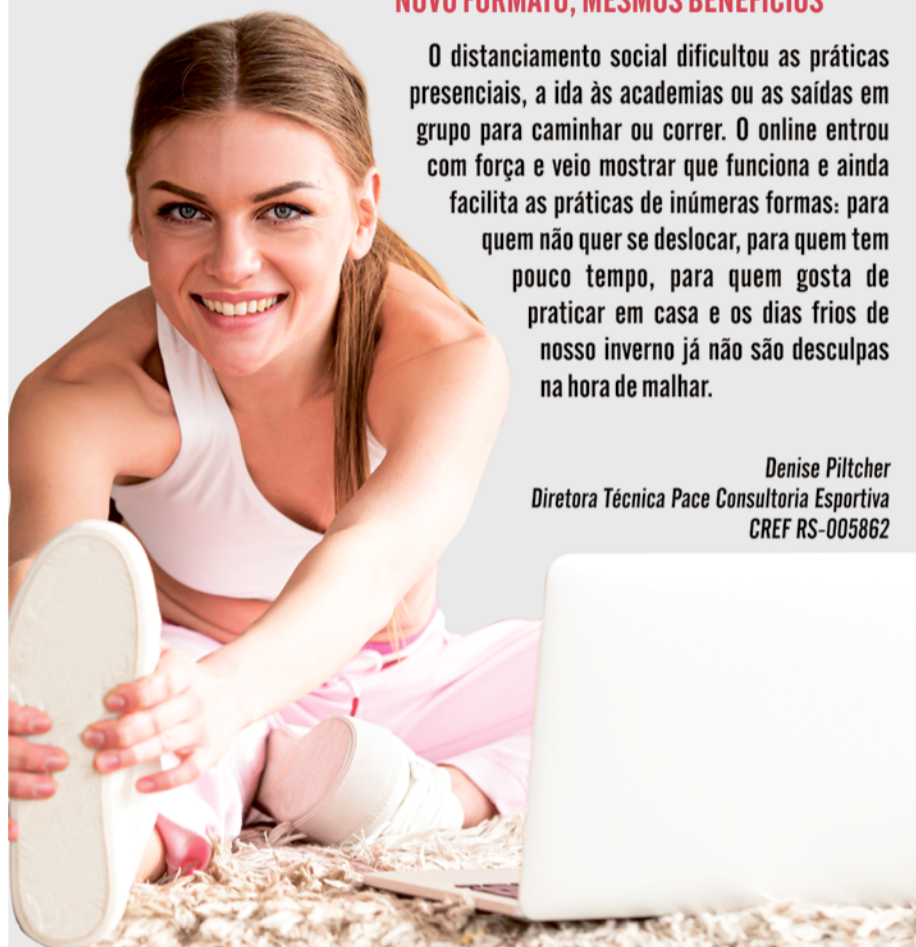
### CONSTRUINDO UM HÁBITO

Importante é dar a largada. Começar a realizar atividades simples, fáceis e que apenas saiam da zona de conforto. Devagar, vai se criando um hábito, uma rotina, o corpo vai assimilando e dando os primeiros resultados: sensação de bem-estar, de corpo vivo e energizado. Caminho sem volta, siga em frente, suave, do seu jeito e no seu estilo, desafiando-se regularmente a manter seu corpo em movimento. É saudável, é positivo e simplesmente faz bem.

### NOVO FORMATO, MESMOS BENEFÍCIOS

O distanciamento social dificultou as práticas presenciais, a ida às academias ou as saídas em grupo para caminhar ou correr. O online entrou com força e veio mostrar que funciona e ainda facilita as práticas de inúmeras formas: para quem não quer se deslocar, para quem tem pouco tempo, para quem gosta de praticar em casa e os dias frios de nosso inverno já não são desculpas na hora de malhar.

Denise Piltcher  
Diretora Técnica Pace Consultoria Esportiva  
CREF RS-005862



### Muitas oportunidades, agora é com você!

Aulas online – Sinpro/RS, Pace Consultoria Esportiva em parceria com a Unimed Porto Alegre oportunizam uma grade semanal de atividades físicas online, totalmente gratuita. Acesse e se inscreva [www.unimedpoa.com.br/blogviverbem/agenda](http://www.unimedpoa.com.br/blogviverbem/agenda)

### Tem mais!!!

A Plataforma SOMOS MOVE – Sinpro/RS oferece uma plataforma digital repleta de dicas, videoaulas de Yoga, alongamentos, TFF, receitas e planos alimentares e muito mais. Tudo isso no seu celular ou desktop!

É livre e gratuita para os associados e dependentes do Sinpro/RS. Acesse e faça seu cadastro.

[www.sinprors.org.br/saude/saude-do-professor/](http://www.sinprors.org.br/saude/saude-do-professor/)

Juntos em busca de mudanças positivas no seu estilo de vida!





# Viva la muerte!

*“Movimentos de inspiração totalitária são vocacionados à morte. Para Hannah Arendt, o totalitarismo difere de todas as formas anteriores de dominação por ser baseado no terror, na mobilização das massas e na ideologia”*

Foto: Arte sobre reprodução Twitter



Quando a Universidade de Salamanca abriu o ano letivo de 1936, o fascismo já havia se instalado na Espanha. O reitor da universidade era Miguel de Unamuno, filósofo e escritor liberal. Na cerimônia de abertura, um dos oradores atacou o país Basco e a Catalunha afirmando: “O fascismo redentor da Espanha saberá como exterminá-los, cortando na própria carne, livre de falsos sentimentalismos”. Na sequência, alguém da plateia tomada por militares gritou: “Viva la Muerte”. Ao que o general Millán-Astray replicou: “Espanha”, e a plateia respondeu: “Unida”. Novamente o general gritou “Espanha” e se ouviu o repto: “Grande”. O que ocorreu após pouco se sabe, e a versão mais conhecida sobre a resposta de Unamuno tem sido contestada por pesquisas históricas. O que sabemos é que Unamuno teve a coragem de, mesmo só, contestar aquela frase macabra e que “Viva la muerte” era o lema da Falange fascista de Francisco Franco.

Movimentos de inspiração totalitária são vocacionados à morte. Para Hannah Arendt, o totalitarismo difere de todas as formas anteriores de dominação por ser baseado no terror, na mobilização das massas e na ideologia. As ditaduras procuram assegurar a passividade da população, já os regimes totalitários precisam de uma base de massas permanentemente mobilizada para lhe as-

segurar apoio e, eventualmente, eliminar seus adversários. Ditaduras censuram a imprensa, regimes totalitários a extinguem. Ambos os regimes precisam de um inimigo que encarne o mal para justificar as medidas excepcionais do inferno mundano que pretendem criar.

Em toda democracia, há correntes liberticidas que podem ser imantadas por uma lógica totalitária. São grupos que acumulam ressentimentos e fúrias e que se sentem ameaçados pelas mudanças que constroem seus códigos de superioridade social, econômica, sexual e racial. As dinâmicas totalitárias precisam alimentar o ódio, sob pena de diluição de sua base. Por isso, a produção de uma realidade conformada pela ideologia é tão importante. Não importa o quanto essa realidade seja alucinadamente irreal. É a narrativa que sustenta a abdução de sua base, não eventuais benefícios econômicos. Foi assim na Alemanha de Hitler, quando a maioria do povo alemão caminhou para o colapso, imaginando estar construindo um Reich de mil anos. Foi assim na então União Soviética e em grande parte das experiências totalitárias no chamado Socialismo Real, saudadas pelos comunistas em todo o mundo como o “alvorecer da liberdade e criação de ‘um novo homem’”.

Para que experiências do tipo se materializem, é preciso uma completa destruição do senso moral entre os engajados. Esse

processo começa pela recusa em reconhecer a humanidade de certas pessoas e grupos. Os nazistas ofereceram essa política sobretudo aos judeus, mas também aos comunistas, aos gays, aos negros e aos ciganos, todos tratados como sub-raças. Para o stalinismo, a burguesia era a classe a ser destruída, mas também os “reformistas”, os “revisonistas” e, finalmente, os “traidores”, aqueles que assumiram, corajosamente, a luta contra os Estados policiais.

No Brasil de hoje, correntes totalitárias se cristalizam. Elas são minoritárias, mas profundamente engajadas e estão armadas, um detalhe que introduz uma circunstância especialmente ameaçadora. Desde a campanha de 2018, tais correntes exaltam o potencial destruidor do “mito” dizendo que ele poderia “não ser um bom fertilizante, mas seria um ótimo pesticida”. De fato, tem sido. Bolsonaro tem o dom de destruir e, como todo perverso, tem prazer nisso. Não há outro motivo para Ricardo Salles ser ministro do Meio Ambiente que não o de destruir o sistema de proteção ambiental. Não há razão para que Bolsonaro tenha submetido a Procuradoria-Geral da República e feito tudo para assegurar ingerência política na Polícia Federal, se não para destruir as possibilidades de combate à corrupção. Não há qualquer motivo para os persistentes ataques aos profissionais de imprensa e aos veículos que não a determinação

de destruir a credibilidade do jornalismo e a liberdade de imprensa, suprimindo, assim, uma das formas de controle social. Não há motivo para atacar as universidades que não o de destruir a legitimidade do saber científico, ampliando o espaço para o negacionismo e para o processo de reconstrução da história e assim sucessivamente.

Enquanto esse “projeto pesticida” vai sendo imposto, a base parlamentar de apoio ao governo, formada pelo Centrão, recebe recursos de “orçamento secreto” que viabilizam contratos superfaturados, se locupleta com nomeações e com as fantásticas possibilidades de “passar a boiada” em atenção às demandas de empresários sempre dispostos a recompensar tamanha dedicação. Se tivéssemos um Parlamento com alguma consideração pelo Brasil, Bolsonaro teria sido deposto há muito, desde pelo menos o início da pandemia, quando se tornou evidente o risco ao qual a nação havia se submetido ao selecionar um político obcecado pela morte.

Bolsonaro ocupa simbolicamente em nossa época o lugar de fala do general Millán-Astray. Como o líder falangista, ele tem nos oferecido uma política cuja síntese cabe inteira nessa palavra de ordem macabra: “Viva a morte!” Os que ainda o apoiam ocupam o mesmo lugar dos camisas-azuis que lotaram o auditório em Salamanca, para vergonha da Espanha.

# Arte contra o ódio

por Cristiano Bastos

○ Brasil é o lugar mais perigoso do mundo para a comunidade LGBTQIA+. Em 2020, 238 LGBTs (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) tiveram morte violenta no país, vítimas da homotransfobia: 222 homicídios (93%) e 16 suicídios (7%). Os drásticos números são do último levantamento feito pelo Grupo Gay da Bahia (GGB), que, há 42 anos, divulga o Relatório Anual de Mortes Violentas de LGBT. Quando se fala em violência contra esta população, em outras palavras, está se falando em crimes de ódio. E, para se combater o ódio, a arte feita por LGBTs – engajada ou não –, sem dúvida, conjura uma artilharia de grande simbolismo, cuja munição é capaz de desafiar todas as formas de preconceito. ▶ continua

Gabriella Maindrad de Souza conseguiu o feito – inédito no conservador Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG) – de ser laureada como a primeira prenda transexual da história

# Arte<sup>+</sup>

EXTRA CLASSE Junho 2021 23



Foto: Divulgação

Valéria Barcellos: cantora, atriz, DJ, performer e aspirante a fotógrafa



Foto: Igor Sperotto

David Ceccon desenvolve seu trabalho artístico em diferentes linguagens

De fato, a arte LGBT – quiçá como em nenhum outro momento da história – vem ocupando espaços (tradicionais ou não) e, a cada dia, se popularizando em múltiplas formas e estéticas. No Rio Grande do Sul, estado tradicionalmente cingido pelo machismo, os artistas assim identificados (embora tendo de enfrentar a intolerância tanto da sociedade quanto do sistema das artes) cumprem o crucial papel político de propor debates, lutar contra a perseguição e tocar em assuntos ainda tabus. E, em muitos casos, subverter ordens impostas socialmente. Nas artes plásticas e visuais, na literatura, música, teatro, dança, cinema ou fotografia, os artistas LGBTs gaúchos têm expressado resistência, orgulho e, também, suas subjetividades em suas obras.

Para a cantora de MPBTrans Valéria Barcellos, que também é atriz, DJ, performer e aspirante a fotógrafa (ela se define como “artevista” e “milituda”), a arte LGBT está intrinsecamente ligada a uma pluralidade de conceitos e ao que ela chama de “andar contemporâneo dos tempos”. Tal arte, na sua concepção, possui a valiosa propriedade de propiciar um “olhar diferente”, que, diz Valéria, joga luz em uma população ainda carente de ser vista e que, sobretudo, precisa ter seu espaço naturalizado – seja nos palcos, nas telas ou na vida. “Uma arte de feições LGBT carrega em si uma mensagem primordial, que, a princípio, pode até causar estranheza. Mas que, por outro lado, tem como particularidade despertar a curiosidade das pessoas, curiosidade essa

que pode ser instigada de maneira não exatamente panfletária ou impositiva”, distingue Valéria.

Nascida em Itaquí (RS) e atualmente radicada em São Paulo (SP), a artista visual, performer e bailarina Élle de Bernardini já teve suas obras – cujos enfoques temáticos vão desde sexualidade e biopoder a políticas de gênero e identidade – expostos em instituições como Museu de Arte do Rio Grande do Sul (Margs) e Memorial da América Latina. Élle estuda balé clássico desde a infância e, em 2011, tornou-se uma das poucas bailarinas transgênero a ingressar em uma turma feminina de balé da Royal Academy of Dance de Londres.

Élle, contudo, diz não querer limitar-se, em sua arte, a ser “refém” das questões de gênero: “Não quero fazer o que o sistema espera de mim”, salienta. “Mas não se trata de uma prisão no sentido pejorativamente ruim e, sim, de uma autoimposição.” “Essa prisão é no sentido de que nós, pessoas trans, temos a necessidade de colocarmos nossas narrativas de vida para discussão e, a partir delas, combatermos preconceitos.” A arte, ela acredita, é um grande “veículo de comunicação” à disposição da comunidade LGBT: “Nós falamos sobre nós mesmas em nossos trabalhos, porém, é como uma urgência de vida. E, muitas vezes, por uma exigência do mercado, que espera que falemos sobre as questões de gênero. Ou seja, muitas vezes é mais uma necessidade do que, propriamente, um desejo artístico de produção”, analisa.

## Prenda trans

Em 2019, durante as comemorações dos 50 anos da celebrada Círculo de Prendas, Gabriella Maindrad de Souza conseguiu um feito – inédito no conservador Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG) – de ser laureada como a primeira prenda transexual da história. Surpreendentemente, o reconhecimento, dado por sua trajetória no movimento, veio do Centro de Tradições Gaúchas (CTG) de Mata, município localizado na Região Central do

Rio Grande do Sul. Gabriella é servidora pública e, atualmente, ocupa o cargo de secretária adjunta de cultura do estado. Desde os sete anos – quando ainda se chamava Maurício – participa ativamente do MTG. Em 2003, aos 15 anos (ela fez sua transição em 2011, aos 25), concorreu no Entrevero de Peões, concurso que escolhe o Peão Farroupilha. Na etapa regional do certame, Gabriella levou o título de 2º Peão na sua categoria.

“Na verdade, eu sempre me via como prenda porque eu me descobri com seis anos. Então, desde aquela época, eu já me via como uma pessoa do sexo feminino”, observa Gabriella. Ela traz para o debate sua própria vivência no MTG (movimento que se identifica como organismo social de natureza nativista, cívica, cultural, literária, artística e folclórica), a qual considera ter sido fundamental para superar suas dificuldades de

aceitação – e também de autoaceitação –, com as quais se deparou ao longo da vida. “Quando passei a me perceber diferente daquilo que determinada construção social esperava de mim, em relação a gênero e orientação sexual, foi dentro de um CTG, dançando e fazendo parte do tradicionalismo, que consegui superar muitas dificuldades que eu tinha no sentido de me sentir valorizada e reconhecida”, enaltece.



## Transarte

Phelipe Caetano, roteirista, diretor e um dos fundadores do Macumba Lab – coletivo de profissionais negros e negras do audiovisual no Rio Grande do Sul – tem no currículo filmes como *Desvirtude* (2020) e *Duas Marias e Milá* (2020). Caetano também é fundador do coletivo Homens Negros Trans e Transmasculines em Diáspora. Apesar de seu engajamento nas causas de gênero ou raciais, o cineasta diz que, embora seja um homem trans e negro, não quer para si a obrigação de, necessariamente, ter de fazer arte militante. “Às vezes, eu simplesmente quero escrever, por exemplo, o roteiro de um filme ‘água com açúcar’”, reivindica. Mas, frequentemente, pontua ele, as pessoas esperam por um posicionamento: “E, se tu não faz o que esperam de ti, parece que, por causa disso, não está se atendendo às expectativas”. Ele, primeiramente quer ser conhecido como Phelipe – editor, diretor e roteirista – para, somente depois, quando tiver obtido mais reconhecimento, então contar suas histórias de vida. “Daí eu terei mais espaço, mais abertura e, assim espero, mais dinheiro para bancar meus projetos cinematográficos”, acredita.

David Ceccon, que desenvolve seu trabalho artístico em diferentes linguagens, diz identificar-se



Foto: Ana Pigosso/Acervo do Artista/Divulgação

Artista visual, performer e bailarina Élle de Bernardini

muito mais com uma perspectiva filosófica “queer” (palavra usada para designar indivíduos que não se encaixam nas normas de gênero preestabelecidas) do que, propriamente, LGBT. “Gosto mais da ideia de fluidez, de percorrer as possibilidades do corpo e da arte a bel-prazer. Isso fica evidente em meu transitar, seja pela escultura ou cerâmica ou pela pintura, gravura e fotografia”, afirma o artista.

A arte, define David, é um caminho para se despertar novas sensi-

bilidades e, igualmente, para criar novas formas de se encarar a realidade, entendê-la ou criticá-la. Ela, ressalta o artista, sempre foi um espaço de resistência: “Então, nada mais natural do que a arte acolher a diversidade e a inclusão tudo que for marginal nessa sociedade tão normativa. Nesse aspecto, eu acho que a arte tem o poder de mudar coisas, pessoas e paradigmas. Mas, fora a arte, sempre precisaremos de uma mobilização geral e, é claro, de militância”.

Foto: Igor Sperotto



Phelipe Caetano, roteirista, diretor e um dos fundadores do Macumba Lab

## Cartografias da diferença

Desde o *impeachment*, em 2016, que impediu a presidente Dilma Rousseff de continuar seu mandato, o velho conservadorismo, literalmente, tomou de assalto os olhos e as

mentes da nação. E muitos desses olhares recaíram justamente sobre a arte – que se tomava cada vez mais visível, por outro lado – de insígnia LGBT. Em agosto/setembro de 2017,

o episódio do cancelamento da exposição *Queermuseu* – com o subtítulo “Cartografias da Diferença na Arte Brasileira” –, em Porto Alegre, serviu como bode expiatório para a manifestação de uma série de hostilidades e agressões. Alvo de intensas críticas de grupos como o Movimento Brasil Livre (MBL), que, na época, se identificavam com as hostes bolsonaristas e conservadoras – as quais viram em parte das 200 obras que compunham a exposição uma apologia à pedofilia, zoofilia e blasfêmia religiosa –, o Santander Cultural, instituição que recebeu o *Queermuseu*, cedeu, por fim, à pressão e resolveu suspender a mostra.

Tamanha foi a polêmica e repercussão midiática que o *Queermu-*

seu acabou ganhando o epíteto de “a exposição mais debatida e menos vista dos últimos tempos”. “Isso que muitos chamaram de ‘polêmica’, na verdade, foi o resultado de uma investida muito específica que começou com o MBL e criou uma narrativa falsa para a exposição”, alega Gaudêncio Fidelis, curador do *Queermuseu*. Para Fidelis, no entanto, o cancelamento da mostra significou uma batalha desferida em favor de liberdades individuais e contra “investidas obscurantistas”. “Importantes parcelas da sociedade entenderam que é possível, sim, empreender e vencer uma luta pelos valores democráticos. Acho que esse é o principal legado que o *Queermuseu* deixou”, avalia Fidelis.



Foto: Igor Sperotto

Gaudêncio Fidelis, curador do *Queermuseu*.



FRAGA

## Nada será como antes

**N**ada será como antes: sabe aquele pessimismo de estimacão, sob medida ou flexível, no piloto automático ou no improviso, o velho e bom pessimismo de tocaia na realidade, sempre pronto pro bote em cima dum fato novo? Sisqueça. Daqui pra frente todo pessimismo será insuficiente.

Nada será como antes: ah, kibon que eram os abraços apertados, os apertos de mão pra valer, os tapinhas nas costas e até a troca de perdigotos amigáveis. Irresistíveis os convites pruma reunião caseira com trocentas pessoas num espaço onde mal cabem 10 ou 15. E, claro, saudades do uso indiscriminado da palavra saudável.

Nada será como antes: lavar as mãos por lavar, apenas curtir o frescor frio da água no verão ou sua quentura no inverno. Não se pegar suspirando por uma torneira de álcool gel junto à porta de entrada. Nem ter com as compras um encontro compulsório de gelóltras anônimos. Álcool gel, gênero de primeiríssima necessidade, quem diria.

Nada será como antes: nunca mais entrar num ônibus com naturalidade, pedir licença pra sentar e puxar conversa ou dar trela. Jamais voltar a se firmar nos corrimões pra se segurar. Nem dar um passinho a mais naquele corredor apinhado de corpos suarentos e deseducados. E exaltar, pro resto das nossas vidas, a plaquinha do fale ao motorista somente o indispensável, e exigir dele a recíproca.

Nada será como antes: e enaltecer elevadores vazios à sua espera, rezar por salas de espera desabitadas, torcer por bancos de praça sem ninguém, e praças sem nenhuma alma. Vibrar por ter se condicionado faz tempo a atravessar pro outro lado da rua ao se deparar com um desmascarado na sua direção. Idolatrar até o fim dos tempos a expressão distanciamento social.

Nada será como antes: adeus, escurinho do cinema, telona amada, o lugar costumeiro entre as poltronas, o cinema favorito e a ida até lá. Mal vindos os streaming e seus catálogos limitados e medianos, mal vindas as telas dos televisores e as telinhas dos computadores a reduzir a farelos pixelados o impacto de qualquer filme. Maldito o conformismo da mente a palmos dos astros e desgraçada seja essa acomodação dos quadris no sofazão de casa.

Nada será como antes. Sofrer por não se arriscar a participar de manifestações públicas a favor da ciência e da paz ou contra a idiotice e a violência. Se atormentar por não se atrever a aderir ou conclamar ida às ruas pra derrubar o deprimente da república. Sentir-se cagão pela impotência maior que a do pau. Amargar a expectativa de que a eternidade é isso que táí.

Nada será como antes. E acho que nenhuma musa inspiradora vai me trazer algum assunto que não seja pandêmico, vacinântico, bozonamista, miliciânico, negociômaco ou cpidínico etc. Argh!



PROGRAMAÇÃO  
ECARTA

A agenda completa  
em [ecarta.org.br](http://ecarta.org.br)  
e 51. 4009.2971

## SHOWS VIRTUAIS

Transmitidos pelo Youtube | 18h

5/6 – Banda Calote apresenta *Contando Histórias*.



Foto: Nicholas Galvão

19/6 – Gil Jazz Trio em *Cordas Pra Que Te Quero*.



Foto: Juliano Ambrosini

## ARTES VISUAIS

Porto Alegre | Entrada franca

9/6 – Inauguração da mostra *Afeto presente*, das artistas Mititi Mendonça e Ursula Jahn, com curadoria de Mel Ferrari.

**Visitação:** Até 22 de julho de 2021, de terça a domingo, das 10h às 18h, com a aplicação de todos os protocolos de segurança, estabelecidos pelos órgãos competentes. Local: Galeria Ecarta (Av. João Pessoa, 943, Porto Alegre).



Foto: Mititi Mendonça/Divulgação

Até 14/6 – Inscrições de trabalhos para o Festival Internacional de Videodança do RS 2021.

21/6, 19h – Live *Feiras de Arte*, com Mel Ferrari, pesquisadora, curadora e historiadora da arte, e Paola Fabres, pesquisadora, curadora e crítica de arte. Transmissão pelas redes sociais da Fundação Ecarta.

## CULTURA DOADORA

14/6, 19h – Live *A doação de sangue na pandemia*, com a especialista em Imuno-hematologia Patrícia Paim Ferreira Selteneich. Transmissão ao vivo pelo canal da Fundação Ecarta no Youtube.

28/6, 20h – Painel *O processo da doação de órgãos e dos transplantes*, com a médica Fernanda Bonow, no Seminário de Responsabilidade Social da Faccat. Aberto à comunidade.

## CONVERSA DE PROFESSOR

3/6, 19h – *Abordagem das fake news na escola desde a educação infantil*, a jornalista, educadora e escritora Januária Cristina Alves. Local: Transmissão ao vivo pelo canal da Fundação Ecarta no Youtube.



VERISSIMO

# Filhos

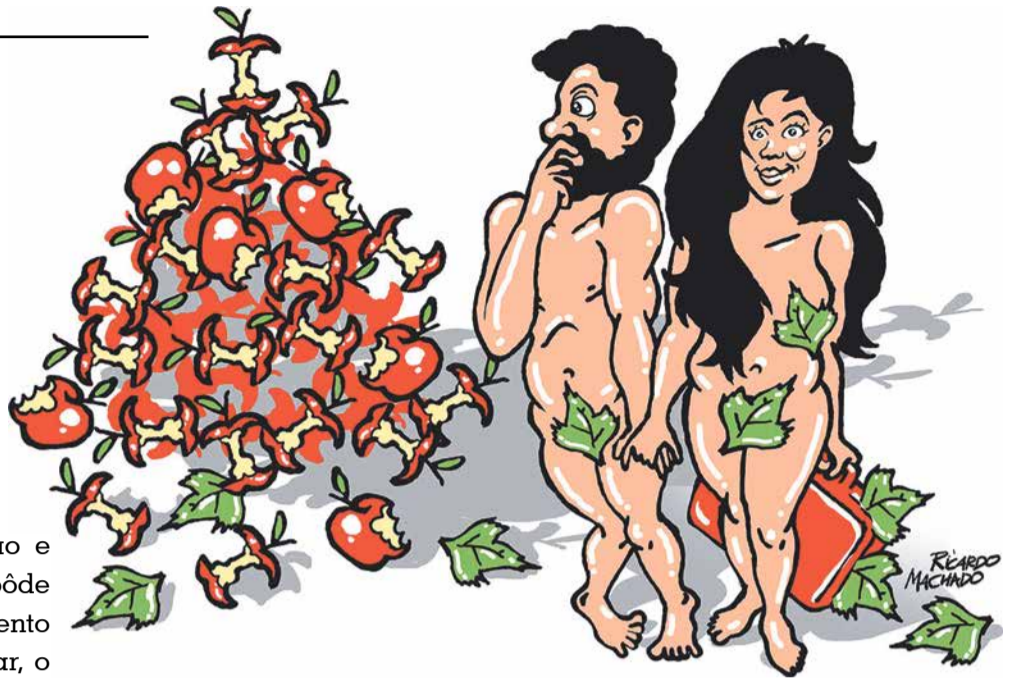
*A felicidade era não saber.*

*As crianças eram felizes porque não sabiam*

**T**em a história daquele pai que concebeu dois filhos, Adão e Eva. Naquele tempo, não precisava mãe. O pai fez o que pôde pelas crianças. Elas tinham tudo, nunca lhes faltou alimento ou agasalho. Se queriam um cachorro ou um macaco para brincar, o pai fazia. Se queriam uma pizza, o pai criava, ou mandava buscar. Se queriam saber como era o mundo lá fora, o pai dizia que não precisavam saber. Eles não eram felizes não sabendo nada, ou só sabendo o que o pai sabia por eles? A felicidade era não saber. As crianças eram felizes porque não sabiam.

\*

Adão ainda era acomodado, mas a Evinha... Um dia, o pai a pegou descascando uma banana. Nem ele sabia o que a banana tinha por dentro, mas a danada da menina descobriu e, antes que ele pudesse dizer "Dessa fruta não co...", ela já tinha comido. E gostado. Foi então que ele decidiu impor sua autoridade paterna, pelo menos na área dos hortifrutigranjeiros, e determinar quais frutas do jardim podiam e não podiam ser comidas, e escolheu uma fruta como a mais proibida, pois se comesse dela a menina saberia. Saber o quê? O pai não especificou. Só disse que o que ela saberia seria terrível, e que depois não se queixasse.



\*

Eva comeu da fruta mais proibida, claro, e o pai foi tomado de grande tristeza. E disse a Eva que agora ela sabia o que não precisava saber, e que nunca mais seria a mesma. – O que eu sei de tão terrível que não sabia antes? – perguntou Eva, ainda mastigando a fruta proibida. – Que você pode desobedecer. Que você pode escolher, e pensar com a própria cabeça, e me desafiar. E então o pai disse a frase mais triste que um pai pode dizer a um filho:

– Que você não é mais uma criança.

\*

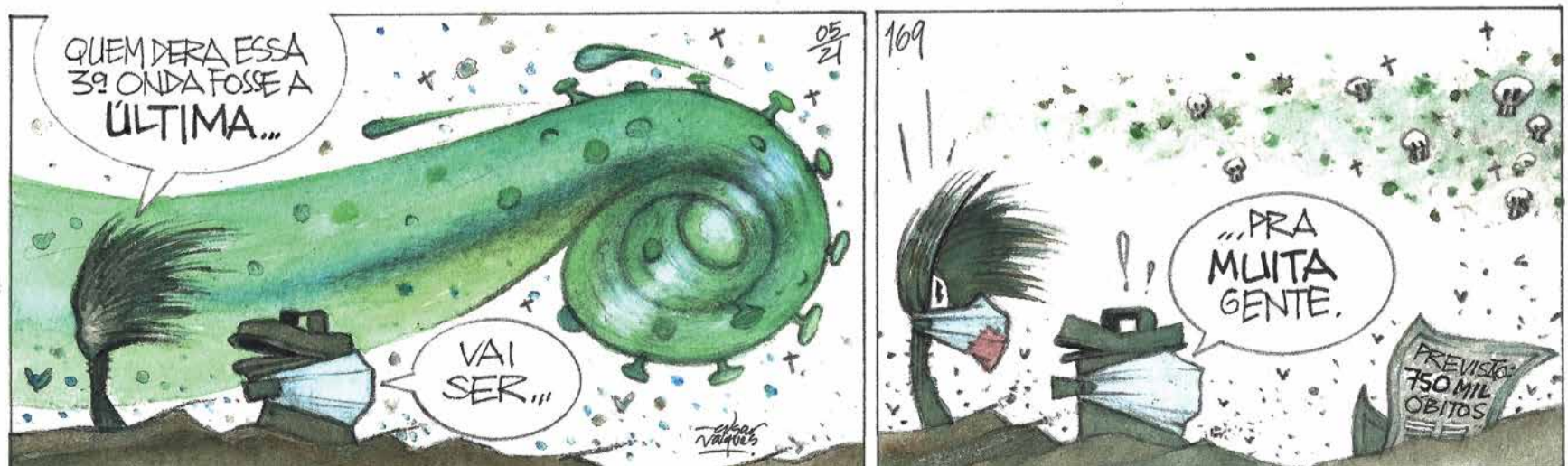
E Eva cresceu diante dos olhos do pai, e no momento seguinte já estava dizendo que queria morar sozinha, e fazer bolsa de inglês em Nova York, e saber como era o mundo lá fora. E Deus disse que ela podia ir, e que levasse o palerma do Adão com ela. E que os dois jamais voltassem e pedissem sua ignorância de volta.

*Texto original de abril de 2017/Acervo do autor*

RATO FALHO / RAFAEL CORRÊA



RANGO / EDGAR VASQUES



# Com foco na manutenção dos empregos e na preservação dos direitos, renovamos as Convenções Coletivas de Trabalho



Apesar das dificuldades impostas pela pandemia, conseguimos o mais importante: garantir o patrimônio de direitos dos professores e das professoras do ensino privado. Todas as negociações envolveram o trabalho de diretores, assessorias e funcionários de diversos departamentos do Sindicato.

Essa estrutura, necessária para o equilíbrio de forças com os sindicatos patronais, precisa de você junto com o Sinpro/RS.

**Acesse [www.sinprors.org.br](http://www.sinprors.org.br) e confira a íntegra das Convenções Coletivas.**

